



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Ata da 33ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. Sessão realizada no Plenário da CMJP, aos 17 dias do mês de junho do ano de 2025.

Composição da mesa na abertura dos trabalhos

Presidente

Vereador Valdir José Dowsley – Dinho (PSD)

Primeiro-Secretário

Vereador Marcos Henriques e Silva (PT)

Lista de vereadores presentes em plenário

Vereadora Eliza Virgínia de Souza Fernandes (PP)
Vereador Odon Bezerra Cavalcanti Sobrinho (PSB)
Vereador Durval Ferreira da Silva Filho (PL)
Vereador Antônio Fábio Soares Carneiro – Fábio Carneiro (SDS)
Vereador Antônio Luiz de Lima Filho – Toinho Pé de Aço (REPUBLICANOS)
Vereador Carlos Henrique da Costa Santos – Carlão Pelo Bem (PL)
Vereador Damásio Franca Segundo Neto (PP)
Vereador Edmilson de Araújo Soares (PSB)
Vereador Fábio Nóbrega Lopes (PL)
Vereador Fernando Paulo Carrilho Milanez Neto (MDB)
Vereador Francisco Henrique da Silva – Chico do Sindicato (AVANTE)
Vereador Ícaro Fernando de Oliveira Chaves (PODE)
Vereador Ives Rocha Leitão – Mikika Leitão (REPUBLICANOS)
Vereadora Jailma Vasconcelos de Carvalho (PSB)
Vereador João Carvalho da Costa Sobrinho – João Corujinha (PP)
Vereador Luís Paulo de Araújo – Luís da Padaria (AGIR)
Vereador Marcos Bandeira Pequeno (AVANTE)
Vereador Marcos Vinícius Sales Nóbrega (PDT)
Vereador Moisés Figueiredo Ferreira Lima – Mô Lima (PP)
Vereador Paulo Tarcísio Pessoa Jardim (PP)
Vereador Raoni Barreto Mendes (DC)
Vereador Ricardo da Silva Almeida – Guguinha Moov Jampa (PSD)
Vereador Rômulo Lopes Dantas Coelho (MOBILIZA)
Vereador Valdir Trindade dos Santos (REPUBLICANOS)
Vereador Wamberto Ramos Ulysses de Carvalho (REPUBLICANOS)

Ausentes com justificativa: Vereador João Almeida de Carvalho Júnior (PDT)

Ausentes: Vereador João Bosco dos Santos Filho – Bosquinho (PV)



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ABERTURA

Às 09h53, o Sr. Presidente disse: “Sob a proteção de Deus, em nome do povo pessoense, declaro abertos os trabalhos desta sessão ordinária”.

1 PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. Presidente determinou ao Primeiro-Secretário que procedesse a leitura da pauta de matérias do expediente disponibilizada no SAPL(**) e dos documentos do expediente em mesa (*****).

Mensagem nº 72/2025

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: Substituição do Relatório de Prioridades e Metas da Secretaria Municipal de Preservação e Inovação do Centro Histórico – INOVACENTRO, enviado através da mensagem nº 046, de 15 de abril de 2025.

Emenda Supressiva nº 01/2025

Autoria: Vereador Odon Bezerra

Assunto: Suprime o artigo 4º e seu parágrafo 1º do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026.

O Sr. Presidente colocou em votação a ata da 32ª Sessão Ordinária, solicitada a dispensa de sua leitura, tendo em vista estar disponível no SAPL. Havendo consenso do Plenário, a ata foi considerada lida e, em seguida, aprovada.

1.1 Demais Matérias Legislativas Encaminhadas ()**

Em pauta do SAPL.

1.2 Discussão e votação de requerimentos, ofícios e indicações ()**

Aprovados os requerimentos, os ofícios e as indicações que constam na pauta do Setor do Expediente (SAPL). Excepcionalmente aprovado o requerimento s/nº/2025, de autoria Mesa Diretora, que trata do voto de pesar do falecimento da Sr.^a Irene Maranhão; e os requerimentos de nº 204/2025 e nº 205/2025, da vereadora Eliza Virgínia, que tratam de voto de aplauso pelo 4º Aniversário do BEPTur e voto de aplauso ao BEPTur - Batalhão Especializado de Policiamento - pela conclusão do 2º Curso de Policiamento Turístico, respectivamente.

1.2.1 Discussão das indicações em destaque

Não houve.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

1.2.2 Discussão dos requerimentos em destaque

REQ-Votos nº 199/2025, de autoria do Sr. vereador Guguinha Moov Jampa, que trata sobre votos de aplausos pela realização do XXIX Festival de Quadrilhas Juninas de João Pessoa 2025.

Situação: aprovado.

Declaração de voto: O Sr. vereador Guguinha Moov Jampa disse: “Presidente, eu quero só destacar esse voto de aplauso que eu fiz à Funjope e à Liga das Quadrilhas Juninas de João Pessoa e da Paraíba por esse belíssimo espetáculo que ainda está acontecendo lá no Ponto de Cem Réis, já que acabou o municipal e agora está no concurso estadual, onde a quadrilha campeã vai representar a Paraíba tanto no concurso da Globo como no Brasileiro. E parabenizar a Funjope e a Liga por ter aumentado o espaço, mesmo sabendo que ainda fica muita gente fora, mas João Pessoa tem a maior estrutura do Brasil em termos de festival de quadrilha, por isso que é considerada a capital nacional das quadrilhas. Obrigado”.

REQ- Informações do Executivo ref. à administração nº 15/2025, de autoria do Sr. vereador Fernando Milanez Neto, que solicita informações detalhadas sobre o contrato da empresa responsável pela prestação de serviço de emissão de Nota Fiscal Eletrônica no sistema da Receita Municipal.

Situação: aprovado.

Declaração de voto: O Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse: “Presidente, a gente acabou de aprovar o requerimento na pauta de hoje, diante de um verdadeiro problema criado na cidade nas últimas 72 horas, ou mais, que é a mudança no sistema da Receita Municipal de João Pessoa, no qual, há mais de 15 dias, a cidade está sem conseguir arrecadar tributos devido à troca da empresa que prestava o serviço, inclusive tirando os poderes dos auditores fiscais do município, o que representa um retrocesso. Eu encaminho o requerimento solicitando à Prefeitura: que empresa é essa? Quando vai ser regularizado o serviço? Qual o critério para essa mudança? Qual o valor que vai ser pago a essa empresa? Porque está um verdadeiro pandemônio na cidade, as pessoas querendo pagar os impostos e não conseguindo, pagando IPTU em duplicidade, querendo arrecadar ITBI, os cartórios parados, que não estão conseguindo arrecadar. E a gente acabou de aprovar o requerimento, peço ao líder Odon para que seja encaminhado com a maior brevidade possível, vereador Odon, as informações solicitadas no requerimento que a gente acabou de votar”.

1.3 Comentários

O Presidente, Sr. vereador Dinho, informou que gostaria de fazer um mutirão de votação com os vereadores para limpar a pauta, bem como, estava tentando antecipar a folha de pagamento para o dia 18/06/25. Informou ainda que na atual sessão não haveria Pequeno e nem Grande Expediente.

Em questão de ordem, o Sr. vereador Fernando Milanez Neto solidarizou-se ao “prefeito Cícero que retorna em paz de uma missão oficial. Mesmo na condição de oposição à gestão, estava em oração. Desejo que chegue em solo com saúde”. Solicitou, também, que o projeto 04/2025 que trata sobre a lei de financiamento com recurso público às festas e eventos que façam apologia ao crime organizado ou facções criminosas tivesse inclusão na pauta de votação de hoje.

O Presidente Dinho solidarizou-se à família do ex-governador José Maranhão, porque havia falecido a irmã mais nova do governador, Irene Maranhão. Apresentou Voto de Pesar.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

O Presidente Dinho registrou a presença na CMJP do senador Tito e do comandante Comércio.

1.4 Demais comunicações

Não houve.

2 ORDEM DO DIA (*)**

Apreciadas as seguintes matérias:

ITEM 01: PLO 38/2025

Autoria: Vereador Guga Pet

Assunto: DISPÕE SOBRE O INCENTIVO À MEDICINA VETERINÁRIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas e Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 19; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 09.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 02: PLO 61/2025

Autoria: Vereador Guguinha Moov Jampa

Assunto: DISPÕE SOBRE A POSSIBILIDADE DE USO DAS QUADRAS E GINÁSIOS POLIESPORTIVOS DA REDE MUNICIPAL PARA QUE AS QUADRILHAS JUNINAS POSSAM REALIZAR SEUS ENSAIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas e Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: O Sr. vereador Luís da Padaria disse: “Guguinha, eu fiquei muito feliz com esse projeto porque a gente sabe da dificuldade que as quadrilhas juninas têm de ter um espaço para fazer o seu trabalho durante, praticamente, todo o ano. E, com esse projeto, vai sensibilizar o pessoal da Secretaria de Educação para poder disponibilizar esses ginásios, que muitas vezes a gente mesmo já participou e não consegue. E aí, poder levar esse projeto e mostrar que, hoje é uma realidade, muitas quadrilhas juninas não conseguem o espaço e ficam prejudicadas. Então, parabenizar pelo seu projeto e dizer a você: a gente já fez também, há poucos dias, aqui na Câmara, aquela sessão para discutir benefícios para as quadrilhas”. O Sr. vereador Mô Lima disse: “Parabenizar, Guga, a gente sabe da luta das quadrilhas juninas, todo ano, para arrumar um local para ensaiar. Todo ano, sempre tem um perrengue numa escola, de alguma coisa, e eu acho que está mais do que na hora de a Prefeitura de João Pessoa arrumar um local, como vemos profissionalmente, como temos nas escolas de samba, como temos no Boi de Parintins. E as quadrilhas juninas, hoje, pode-se dizer que é um grande evento nacional. João Pessoa, hoje, pode-se dizer que é a capital verdadeira das quadrilhas juninas”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “As quadrilhas ficam com o pires na mão atrás de um lugar para ensaiar. E, na verdade, esse projeto de lei vem a institucionalizar, a oficializar algo que está muito desregulamentado, porque tem escola que cede e tem escola que não cede. E com esse projeto de lei aprovado, se faz um cronograma e você pode até ensaiar mais de uma quadrilha por colégio. Então, acho muito oportuno esse projeto e conta com meu apoio”. O Sr. vereador Fábio Lopes disse: “Parabenizar, especialmente a



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Guguinha, vereador, que tem feito um excelente trabalho de incentivar a cultura, incentivar essas pessoas que trazem uma tradição, muitas vezes vem de família, essas quadrilhas, que estão fazendo um evento lindo ali na orla de João Pessoa, que Guguinha também está presente lá muitas vezes. Então, é muito importante a gente fazer com que esses aparelhos que temos no município sejam utilizados, até porque, muitas vezes, quando essas quadras não são utilizadas, vemos que pessoas de fora, como o tráfico, conseguem utilizar desses aparelhos para fazer coisa errada. Então, parabéns, Guguinha, é um projeto muito importante e pode contar conosco para a aprovação”. O Sr. vereador Damásio Franca Neto disse: “Na sexta passada, nós participamos de um São João lá no Gervásio Maia, até o Presidente Dinho estava lá, e teve uma apresentação de quadrilha, e eles informaram da dificuldade que tinham de encontrar locais. E eu vejo que esse projeto do vereador Guguinha vem exatamente para contribuir com essa ideia. Então, desde já, quero parabenizar por essa iniciativa”. O Sr. vereador Wamberto Ulysses disse: “Sigo também dando os parabéns, Guguinha, pelo excelente projeto. Eu, que tive a oportunidade de participar da sessão promovida pelo vereador Luís, vi a dificuldade que as nossas juninas têm, e a gente vê como foi debatido naquele dia. Lá em Pernambuco, em Olinda, é o frevo; no Rio de Janeiro, o samba; temos lá em Salvador, os blocos de carnavais. E essa oportunidade, Guga, é uma forma de, cada vez mais, divulgar as nossas quadrilhas juninas, trazendo uma força maior para eles, uma oportunidade que eles tanto clamaram e esta Casa, hoje, cumpre esse papel através desse seu projeto, agora lei, e eu lhe parabenizo. E que você traga cada vez mais pautas importantes para debate aqui, na Casa de Napoleão Laureano, de João Pessoa”. O Sr. vereador Rômulo Dantas disse: “Bom dia. Parabenizar o vereador Guguinha. Eu tenho sido procurado por algumas quadrilhas juninas no bairro de Mangabeira, para que nós pudéssemos falar com alguns diretores de escola e disponibilizar para eles fazerem esses ensaios. E aqui essa Casa, hoje, está de parabéns por ter apresentado esse projeto, aprovado. Eu fico feliz, porque eu vou passar para os quadrilheiros de Mangabeira que esse projeto foi aprovado. Eu, que fiz parte lá na Comissão de Políticas Públicas, fui o relator e fico feliz. Parabenizar toda essa Casa”. O Sr. vereador Guguinha Moov Jampa disse: “Antes de agradecer a cada um que usou a palavra, eu quero agradecer a CCJ, já que Damásio estava aqui no meu ouvido: ‘Ó, tem quatro projetos seus’. Mas agradecer à CCJ por ter aprovado esse projeto ontem. Esse projeto é de importância total para as quadrilhas juninas, já que a Secretaria de Educação do município faz todos os esforços para que as quadrilhas possam se apresentar nas escolas. Conversei com a professora América, ela dá total atenção. Agora, é como o vereador Marcos Henriques falou: infelizmente, alguns diretores tentam, ainda, dificultar, mas essa Casa aprovando vai se tornar lei, e as quadrilhas não vão precisar mais estar pedindo. Lei é lei, e a gente vai, realmente, todo mundo aqui, parabenizar as quadrilhas, que são o nosso patrimônio. E para encerrar, já que houve uma sessão especial que o vereador Luís da Padaria fez aqui, pedir aos vereadores para que, no final do ano, a gente possa destinar pelo menos alguma coisa de emenda, para que a gente possa transformar melhor esse espetáculo que está tendo aqui, que é o festival de quadrilha, que depende somente do recurso da FUNJOPE para elas poderem se apresentar. Então, se cada vereador destinar um pouquinho, somente, a gente vai aumentar e dobrar o recurso das quadrilhas juninas. Obrigado, Presidente”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 23; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 05.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 03: PLO 137/2025

Autoria: Vereador Marcos Vinícius

Assunto: INSTITUI A “CAMPANHA NÃO ESQUEÇA! OLHE DE NOVO: CRIANÇA NO CARRO!” NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas, Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 23; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 05.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 04: PLO 201/2025

Autoria: Vereador Guguinha Moov Jampa

Assunto: INCLUI NO ANEXO I DA LEI Nº 13.679/2018, QUE CONSOLIDA AS LEIS MUNICIPAIS QUE DÃO NOMES ÀS ARTÉRIAS PÚBLICAS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA, O NOME DA RUA PAPA FRANCISCO.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 24; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 04.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 05: PLO 210/2025

Autoria: Executivo Municipal – Prefeito Cícero Lucena

Assunto: AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL PARA INCLUSÃO DE NOVAS NATUREZAS DE DESPESAS ORIUNDAS DE EMENDAS IMPOSITIVAS NO VIGENTE ORÇAMENTO. (R\$ 1,3 MI)

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: O Sr. Presidente Dinho explicou que: “A Secretaria precisa de crédito para efetivar o pagamento. A Secretaria precisa de realocação para pagamento das emendas. Novas naturezas”. O Sr. vereador Milanez Neto disse: “Presidente, eu sei que a Prefeitura está brincando muito com as emendas impositivas, mas deixa eu alertar que a gente não precisa de abrir nova natureza para pagamento de emenda impositiva, não. Emenda impositiva tem a obrigação de ser paga até porque na hora que a lei é sancionada, o orçamento, a emenda impositiva já está garantida. Então é importante que a gente veja o quadro de detalhamento para que a gente possa compreender o que é que está sendo alterado aí no orçamento. Eu queria pedir atenção dos 29 vereadores, dos 29, até porque eu preciso olhar de novo e ler de novo. Porque a matéria aqui não é do vereador Milanez. Em vez de estar colocando dinheiro para pagar emenda, está tirando 988 mil das emendas impositivas, da reserva de contingente das emendas impositivas. Não está se colocando nem um real para pagar emenda positiva, não, vereador Marcos Vinícius. Está se tirando recurso do pagamento das emendas impositivas. Eu quero saber dos colegas se as emendas impositivas de Vossas Excelências foram pagas ou não. Porque diariamente aqui eu escuto vereadores reclamando que não foram pagas as emendas ainda, de 2024. Todos os dias passam colegas por mim aqui cobrando isso. E a gente está pagando a matéria aqui agora para retirar 988 mil das emendas impositivas. Eu não estou acreditando, de verdade, ou senão eu acho que os vereadores da bancada que concordarem com isso abdicuem das suas emendas, mas respeitem a dos vereadores. E aí, eu vou chamar o vereador Marcos Vinícius, que eu sempre preciso fazer a referência da coragem que tivemos quando instituímos as emendas impositivas e que não pode, não deve, a gente, depois de conquistar algo tão importante, estar jogando na lata do lixo, como a gente acaba de ver nessa matéria que está em votação nesse momento”. O Sr. vereador Marcos Henriques



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

disse: “Sr. Presidente, pelo que eu estou vendo nesse projeto, não é uma abertura de crédito, é uma transposição de uma secretaria para outra. Não é uma abertura de crédito, é uma transposição. Então, e o que é pior, que tira. Então, só esse ponto já está errado o projeto, já está errado o projeto. Então a partir do momento que você fala emenda impositiva e você tira emenda impositiva do orçamento vai prejudicar todos os vereadores. Então são 988 mil que vão deixar de ser pagos porque o governo está gastando com outros objetivos, com outros fins”. O Sr. vereador Fábio Lopes disse: “Temos que ter atenção, Odon e todos os vereadores. A gente não pode permitir, isso aqui é uma votação de vereadores, que diminua os poderes dessa Casa, como o próprio vereador Chico aqui fala muitas vezes: o que tem que se votar para o vereador, a gente tem que votar para o vereador. Então a gente não pode permitir que a Prefeitura venha aqui, retire dinheiro, recursos, que a gente que está na ponta, escutando a população, levando as nossas emendas para aquela população mais carente, que a gente está escutando todo dia, que seja retirado esse dinheiro de Rômulo, de Corujinha, de Luís da Padaria, de todo mundo. Então a gente tem que ter muita atenção com esse projeto, está bem claro aqui que está retirando quase um milhão de reais. Se aprovar isso aqui, imagina o que vai vir pela frente. Então a gente tem que estar muito atento a esse projeto e ter consciência no que está votando”. O Sr. vereador Marcos Vinícius disse: “Vereador Milanez, a reserva de contingente é uma quantidade de dinheiro que está separada, e as emendas impositivas estão mais do que claras na lei, é improbidade administrativa se o prefeito não pagar. Há um remanejamento dentro do orçamento do governo, e o governo vai cumprir com as emendas impositivas. Não há absolutamente nada demais aí, nada demais, nada. Está mais do que claro: a reserva de contingente para as emendas, não tem absolutamente nada de diferente disso. O valor das emendas vai estar garantido e será pago. O único governo que conseguiu pagar as emendas. É claro que houve alguns problemas na saúde, que o presidente Dinho tem administrado e resolvido, mas o prefeito tem cumprido com esta Casa e com todas as emendas impositivas”. O Sr. vereador Milanez Neto disse: “Deixe-me repetir a Vossa Excelência, até porque precisamos melhorar o debate. Acho que o vereador que me antecedeu está fora do plenário da Casa. Quero que os colegas vereadores da legislatura anterior confirmem que foram pagas as emendas impositivas de todos vocês. Quero ouvir dos colegas. Estou tirando do pagamento de contingência do que ainda não foi pago ainda? Ou algum colega vereador já recebeu as emendas de 2025 este ano,? Ninguém está fazendo favor em pagar emenda impositiva. É obrigação. Não importa quem seja o prefeito, se seja Luciano, Ricardo Coutinho ou Cícero Lucena, as emendas impositivas são um direito adquirido desta Casa, que não pode retroagir um só instante”. O Presidente Valdir Dowsley – Dinho disse: “Para ajudar no debate, mas a reserva de contingência para emendas parlamentares, indo para a reserva de contingência de emendas parlamentares impositivas, está dentro da própria rubrica, de rubrica para rubrica. Está crescendo na reserva de contingência. Faça a soma. Não vamos criar problema, porque está sendo bem conduzido aqui. Então, vamos ter calma, pois hoje é o último dia, é o dia de recesso parlamentar. Tomamos um café da manhã reforçado hoje, até com canjica, então vamos ter calma. É só uma questão de entendimento”. O Sr. vereador Marcos Vinícius disse: “Marcos Henrique, a pergunta é o seguinte: o vereador Milanez, Vossa Excelência tem a preocupação, mas deveria ter tido essa preocupação na gestão, quando Vossa Excelência foi o líder. Infelizmente, Vossa Excelência não teve a preocupação com as emendas impositivas lá atrás. O que eu estou perguntando, e quero perguntar, é que Vossa Excelência acabou de dizer que ainda não foram pagas. Não foram pagas porque não chegaram no prazo a serem pagas todas. Nós estamos no meio do ano, ainda temos o ano todo para serem pagas as emendas do ano passado. Pelo menos é assim que funciona, a lei é clara. A preocupação aí, Milanez, é retirar da secretaria, por exemplo, da Sedurb, para que se possa cobrir, na educação, as emendas dos vereadores. Isso é normal, não tem dificuldade nenhuma. Pode ter certeza de que eu serei, vereador Milanez, um dos vereadores atentos sempre às questões das emendas impositivas”. O Sr. vereador



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Raoni Mendes disse: “Caros colegas, deixa eu chamar a atenção porque o vereador Milanez fala e vira as costas quando estou falando. Vamos lá, na CCJ, Vossa Excelência, votou favorável. Então assim, deixando bem claro aqui que a matéria é justamente para resguardar o pagamento das emendas impositivas, as naturezas de despesas, um, dois, três que está levantada lá em cima. Eu fui relator da matéria, fui o primeiro a apresentar o orçamento impositivo nesta Casa, desde 2012 que luto, preservo o direito dos vereadores, e não tenham dúvida nenhuma de que estou aqui lutando para que os nossos direitos sejam garantidos. Ontem mesmo o vereador Dinho cobrou o pagamento na saúde de algumas emendas que ainda não foram solucionadas, mediante a falha legislativa no envio da emenda. Então, deixando bem claro: autoriza a abertura de crédito para inclusão de novas naturezas que não estavam previstos nas emendas que foram enviadas. Então, a gente corrige um problema para o pagamento das emendas que foram enviadas. Não existia a natureza de despesa da qual o vereador colocou sua emenda impositiva. Ficou claro agora para Vossa Excelência? Então está sendo corrigido um problema no Plano Plurianual, na LDO e no orçamento. Nós criamos a natureza de despesa, vou dar um exemplo aqui que o vereador Corujinha, não é o caso, mas em caso concreto, o vereador Corujinha enviou a emenda na natureza de despesa que não era existente no nosso plano, nós estamos corrigindo, apenas isso. E aí tem que ter a abertura de crédito para pagamento da emenda parlamentar. Só isso, senhor Presidente”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “Só para ajudar no debate desta Casa, não houve erro. Eu estou, vereador Marcos Vinícius, tentando, junto com Crispim do Inovatec, aquele aplicativo Palma da Mão, a gente está implantando um sistema aqui para que o vereador tenha acesso a todo o trâmite da emenda até o pagamento. Mas desta Casa não houve erro, não. Se houve, foi da Secretaria de Finanças e da Secretaria de Saúde, mas erro legislativo não houve. O que acontece, e pode acontecer? O vereador destina, e ontem foi explicado aqui pelo secretário, a entidade tal recebeu cinco emendas, sendo que ela não tem capacidade de atendimento, o que acontece? O que é que tem que fazer? A mudança da destinação. A emenda volta e o vereador substitui para talvez outra entidade, porque a secretaria não tem poder de mudar a emenda do vereador, é lei, tem que ser cumprida. Porém, a secretaria deve comunicar a esta Casa que a entidade tal não vai poder receber pra gente ter tempo hábil de fazer essa mudança. Mas erro legislativo não houve, só para deixar bem claro”. O Sr. vereador Odon Bezerra disse: “Apenas para dizer que as explicações tanto do vereador Marcos quanto do vereador Raoni são suficientes, complementadas por Vossa Excelência. Aqui não está se retirando, está apenas cumprindo a obrigação que é do prefeito. Então, eu faço o encaminhamento do voto pela aprovação da matéria a nossa bancada”. O Sr. vereador Carlão pelo Bem disse: “Presidente, a discussão das emendas em conteste, é uma grande conquista dos vereadores. Dentro da própria execução das emendas existe a penalidade até de improbidade administrativa por parte do prefeito. Eu penso que essa Casa, ela tem essa responsabilidade e é uma pauta que envolve oposição e situação. Uma vez retirando esses recursos, a única questão é: permanecem garantidas as emendas que os vereadores destinaram? Então, o que a gente está votando aqui, só para que fique claro, os vereadores terão a possibilidade de fazer o remanejamento das emendas que não foram aprovadas? Entendemos o receio da Prefeitura, os riscos que correm, tanto o chefe do Executivo, a garantia da Câmara Municipal de João Pessoa, mas uma vez estando esclarecido que nós poderemos utilizar essas emendas em tempo oportuno, não tem como ter óbice numa situação dessa”. O Sr. vereador Fábio Lopes disse: “Presidente, vereadores, já que há tantas dúvidas em uma pauta tão importante como é a emenda impositiva, eu gostaria de solicitar vistas no processo”. O Sr. Presidente Dinho disse: “Infelizmente, o projeto já passou pelas comissões, já está em votação, e não cabe mais vistas, mas cabe à gente discutir, e vamos discutir”. O Sr. vereador Marcos Vinícius disse: “Vereador Odon, eu acho que o vereador Milanez está no papel dele, ele chama atenção do plenário. Nós temos aqui alguns vereadores novatos, que talvez ainda não tenham conhecimento da lei, mas é preciso deixar claro para os



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

vereadores que, para haver uma mudança nesta lei, é preciso alterar a Lei Orgânica do Município. Não é uma mensagem que o prefeito está pedindo, é um remanejamento, é só isso. É um remanejamento para saudar as emendas de todos os vereadores, nada mais do que isso”. O Sr. Presidente Dinho disse: “Como nós somos defensores do pagamento das emendas impositivas, a gente está defendendo, sim, o pagamento e a efetivação”. O Sr. vereador Fábio Lopes disse: “Só reafirmando, Odon, como a gente ainda está num processo de discussão, eu reafirmo nosso posicionamento de pedir vistas. A gente não está em votação ainda. Como ainda estamos em discussão, gostaríamos de registrar esse pedido”. O Sr. vereador Mô Lima disse: “Eu entendo muito a preocupação de Milanez, até porque quem está aqui neste plenário são todos os vereadores. Eu acho que ninguém aqui vai lutar contra um instrumento tão forte como é a emenda impositiva, que é uma conquista. Vereador Odon, vereador Raoni, eles garantem que a matéria vai pagar, mas eu tenho certeza que, se a gente ficar debatendo aqui, eu vou até perder o jogo que eu tenho hoje”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “Eu tenho certeza que os vereadores aqui não seriam responsáveis pelo não pagamento dessas emendas. São seis emendas, que inclusive eu não sei nem de quem são. Eu estou protegendo aqui a Casa. Eu acho que já foi bem discutida essa matéria... olhe, eu não queria chegar a esse ponto, então eu vou ceder o pedido de vista, que eu sei que não vai ser aprovado. Vai ser votado em plenário e a bancada tem maioria, são seis emendas parlamentares para pagamento, minha gente, vocês estão querendo polemizar um recurso. Então, como a Casa é democrática, vamos colocar o pedido de vista em votação em plenário. O plenário é soberano, pronto, para depois aqui não dizer que eu prejudiquei A ou B. Agora, está bem claro, é para pagamento de seis emendas dos parlamentares, para pagamento da despesa de reserva de contingência parlamentares e impositivas... do próprio orçamento da Saúde”. Em seguida, submeteu o pedido de vista do Sr. vereador Fábio Lopes ao plenário. Pela liderança, o Sr. vereador Odon Bezerra orientou a bancada do governo pela rejeição do pedido de vista. Pela liderança, o Sr. vereador Fábio Carneiro também encaminhou sua bancada pela rejeição do pedido de vista e justificou: “Acredito que não tem nenhum tipo de cabimento, só vai prejudicar o Orçamento do município para não atender as emendas”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, explicou que, naquele momento, o pedido de vista já estava em votação e que não caberia mais abrir falas para discussão, apenas para encaminhamentos de bancada, e procedeu à votação do pedido de vista. Em seguida, o Sr. Presidente declarou rejeitado o pedido de vista.

Declaração de voto do pedido de vistas: O Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse: “A subserviência para que a gente seja vereador, não pode chegar ao limite da gente entregar a nossa honra. Eu não quero ser vereador para entregar minha honra a ninguém. Eu não quero saber quanto tempo eu passarei nessa Casa. Vou colocar para que a sociedade tome conhecimento: acabamos de tirar quase um milhão do pagamento das emendas impositivas do parlamento, onde todos os dias eu sou reclamado aqui, por vereadores, não terem sido cumpridas suas emendas. Não é deste ano, não, é do ano anterior, que ainda não tiveram as emendas impositivas pagas. Eu tenho tristeza, mas muita tristeza, em ver o parlamento se curvar a esse ponto”. O Sr. vereador Mô Lima disse: “Milanez, vamos nos acalmar, chegou São João. Eu vou cantar mais assim: *‘Na emenda amarra a corda direito, na emenda, para a corda não arrebentar...’*”. O Sr. vereador Fábio Lopes disse: “Nós vemos aqui novos vereadores. Isso aqui não é uma situação de quem é do bloco de situação ou quem é de oposição. Aqui a gente está querendo fazer a coisa certa e lutando pela liberdade – acima de tudo, as liberdades individuais –, e as pessoas que votaram em cada um de vocês, onde a gente tem que ter os direitos das emendas impositivas resguardados. A gente vê, a cada dia, o atropelo de vários projetos. Você vê que até no grupo de vereadores aqui, vimos uma matéria que o STF retira das Câmaras Municipais o poder de julgar as contas dos prefeitos, e aqui a gente está tirando outro poder nosso, da Câmara. Então, tenham consciência do futuro de cada um de vocês, porque lá na frente à necessidade dos eleitores nossos é



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

que vai lembrar essa votação aqui de hoje. Então, a sociedade vai estar bem clara com isso aí. O nosso voto é para que esse projeto e o pedido de vista sejam atendidos”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho disse: “Eu só quero registrar que eu não votei, até porque só votaria em caso de empate, mas em nenhum momento a gente está tirando poder nenhum de vereador aqui. Isso é um pedido de um remanejamento, uma votação. Não estamos votando nenhuma retirada de poder de vereador aqui, só para que deixe bem claro, ok?”. O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Presidente, essa discussão das emendas é uma constante. Eu acho que Vossa Excelência junto com o vereador Marcos Vinicius teve um grande feito nisso, mas é chegada a hora, de fato, de nós criarmos aquela comissão que trata das emendas impositivas, que vai defender a Casa, defender os vereadores e, ao mesmo tempo, a cautela que o chefe do Executivo precisa ter. Mais uma vez, o debate fica acirrado em razão de algumas inconsistências e não entendimentos. A solicitação aqui, Presidente, é que as emendas dos vereadores, fique registrado aqui, que as emendas dos vereadores estarão garantidas, se não com esse projeto aprovado agora, com o próximo ou futuro para que elas possam ser executadas e a partir daí essa comissão dando encaminhamento para a casa legislativa. Esse é um requerimento e um pedido que faço, Presidente”. O Sr. Presidente Dinho disse: “Ontem mesmo, a pedido do vereador Milanez, a gente já criou uma Assessoria Parlamentar com o secretário de Saúde para discutir isso. Inclusive, ficaram de criar, justamente. Então não tem esse negócio de tirar nada de vereador aqui, não, senão eu mesmo votaria contra, ou nem pautava esse projeto. Só para deixar bem claro aqui. Vamos votar o projeto, que a gente só votou o pedido de vista. O problema é esse. O meu pedido aí, eu só peço essa ponderação. Vamos agora votar o projeto. Vocês me pediram um pedido de vista para ser analisado. Já joguei para o plenário, o pedido foi derrotado. Minha gente, pelo amor de Deus. Sem necessidade. Aí, agora vai botar pedido de votação nominal para plenário? Pelo amor de Deus”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 20; contrários: 04 (Milanez Neto, Fábio Lopes, Marcos Henriques, Marcos Bandeira); abstenções: 01 (Carlão Pelo Bem); ausentes: 03.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

Declaração de votos:

O Sr. vereador Milanez Neto disse: “Presidente, eu fico feliz em colegas que foram atingidos pelo não pagamento de emenda começarem a se posicionar de forma clara. Que fique gravado nos anais da Casa: por mais que o Presidente não tenha aceito o que o regimento comanda, que é a votação nominal, as pessoas vão acompanhar e vão conhecer quem votou contra si próprio. Na manhã de hoje, a gente votou contra as emendas impositivas da cidade de João Pessoa, o pagamento delas. Amanhã, ninguém vá atrás das instituições dizendo que está aqui defendendo o pagamento de emendas impositivas ou correndo atrás. Acabamos de tirar R\$ 1 milhão de reais. Em nada diz que foi para pagamento de emendas impositivas. A subserviência tem limite”. O Sr. vereador Marcos Vinicius disse: “Vereador Milanez, me preocupa a fala de Vossa Excelência. Vossa Excelência tem que trazer a verdade para a cidade de João Pessoa. Não existe o que Vossa Excelência está dizendo, isso não é verdade. Há um remanejamento dentro do orçamento normal da Prefeitura para se pagar algo que não estava previsto. Não complique. É tão somente isso, vereador. Não traga esse temor para a Casa, nem para a cidade, nem para as entidades que são beneficiadas pelos vereadores desta Casa. É tão somente trazer a verdade, porque a verdade vai prevalecer mais à frente”. O Presidente Valdir Dowsley - Dinho – disse: “Lembro aos vereadores: se fosse um placar apertado, uma disputa, mas está claro, sim, 19 vereadores; não, 5 vereadores; 1 abstenção. E o painel eletrônico está aí. Eu não acatei o pedido da solicitação até porque o pedido também não foi feito por nenhuma bancada, foi uma solicitação do vereador. Então, estou seguindo o regimento aqui, e democracia se faz assim. Tanto é que até o pedido de vista, eu acatei. Uns ganham e outros perdem. Estou apenas defendendo aqui também o regimento



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

da Casa e o painel eletrônico. Por isso, eu não acatei o pedido de votação nominal, porque não há necessidade. Se a gente não for avançar aqui, não termina essa votação hoje e nem entra em recesso. Eu não estou preocupado com o recesso, mas por conta do feriado, que é dia 19, e essa é a última sessão legislativa. Fora isso, ainda temos que ouvir o relator, o vereador Raoni, votar o seu relatório e, além de votar o relatório, aprovar a LDO. Então, estou apenas pedindo celeridade de vocês, mas longe de mim cortar a fala de vereador. Aqui é para se discutir mesmo, isso é democracia”. O Sr. vereador Damásio Franca Neto disse: “Presidente, serei bem breve, mas só lembrando das emendas impositivas, que foi a maior vitória desta Casa nos últimos anos, capitaneada pelo vereador Marcos Vinícius, pelo vereador Milanez Neto, pelo vereador que hoje é vice-prefeito, Léo Bezerra, e pelos vereadores que estavam naquela legislatura. Essa foi uma das maiores vitórias da Câmara Municipal. Eu lembro bem que, no tempo do ex-prefeito Luciano Cartaxo, fazia-se de tudo para não executar essas emendas. Já no tempo do prefeito Cícero, ele chamou oposição e situação, fez a entrega do cheque e fez questão de pagar as emendas impositivas. Então, é lógico que aqui ninguém iria votar contra uma das maiores vitórias que teve a Câmara Municipal. Isso é apenas uma adequação, uma modificação que a lei precisa que seja feita para ser executada. Por isso, eu vou votar favorável e continuo votando. Obrigado”. O Sr. vereador Carlão pelo Bem disse: “Presidente, por que eu trago a observação e o debate? A emenda 131, de 2023, minha, no valor 265 mil reais para o Hospital Padre Zé, uma migração de instituição, ela não consta ainda nessa proteção. Uma outra emenda de 2024, no valor de 50 mil reais, também para o Hospital Padre Zé. Eu só peço o apoio dos vereadores de situação para que essas emendas sejam cumpridas, que possam vir projetos por parte do chefe do Executivo, para que a gente possa de fato executá-los e ajudar aquele hospital que tanto precisa. Daí o meu receio, contar inclusive com a sua ajuda enquanto Presidente, para que ele possa dar cumprimento especificamente a essas emendas, e que assim seja garantida a vitória desse grande parlamento”. O Sr. vereador Raoni Mendes disse: “Eu declaro meu voto como o relator da matéria, deixando claro, para pagamento das emendas impositivas, por isso a correção da natureza de despesa e autorização especial”. O Sr. vereador Mô Lima disse: “Presidente, eu estava lendo o relatório de Raoni, inclusive ele colocou agora no grupo dos vereadores, e está bem claro, não existem perdas. Na verdade, essas emendas se desmembraram para essas secretarias, e colocou aqui o valor. O relatório perfeito. Parabéns Raoni”. O Sr. vereador Odon Bezerra disse: “Eu até evitei a discussão porque a matéria era bastante clara para mim. Agora, com relação ao Padre Zé, algumas emendas realmente não foram pagas, mas porque aquela instituição estava no processo de regularização. Com o acordo que foi feito no Ministério Público, todas as emendas serão pagas”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “A emenda pode não ser paga no exercício, desde que esteja empenhada, e se houve empenho, pode se pagar a emenda. Desde o ano passado que houve o empenho. Ela pode ser empenhada e você paga no exercício ou até o exercício posterior, desde que tenha execução”.

Pela ordem, a Sr.^a vereadora Eliza Virgínia pediu a inversão de pauta para que o PDL 232/2024 fosse votado logo. O Presidente negou a solicitação e seguiu o trâmite normal de votação.

Pela ordem, o Sr. vereador Odon Bezerra disse: “Presidente, peço para colocar extrapauta os projetos: 157, 317, 318, 319 e 315, 205 e 235 também”. O Sr. Presidente pediu para que desse continuidade as matérias em pauta.

ITEM 06: PLO 250/2025

Autoria: Vereador Valdir Trindade



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Assunto: INCLUI NO ANEXO I DA LEI Nº 13.679/2018, QUE CONSOLIDA AS LEIS MUNICIPAIS QUE DÃO NOME ÀS ARTÉRIAS PÚBLICAS, A RUA/AV OLAVO PINHEIRO UCHÔA, ARTÉRIA SEM DENOMINAÇÃO OFICIAL NESTE MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 25; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 03.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 07: PLO 293/2025

Autoria: Vereador Chico do Sindicato

Assunto: ESTABELECE QUE O INSTITUTO CULTURAL E ESPORTIVO MENINO MANHOSO, SEJA RECONHECIDO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 25; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 03.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 08: PLO 301/2025

Autoria: Vereador João Corujinha

Assunto: ESTABELECE QUE O CENSSONDAM - CENTRO SOCIAL SONHADORES DO AMANHÃ, SEJA RECONHECIDO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 25; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 03.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 09: PDL 232/2024

Autoria: Vereadora Eliza Virgínia

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “É sabido que Michelle Bolsonaro foi uma das maiores e mais amadas primeiras-damas que já existiu no Brasil. Michelle, o que ela fez pela inclusão da pessoa com deficiência? Criou o Comitê Interministerial de Doenças Raras, inclusive nosso Hospital de Doenças Raras, ela trouxe para cá. Teve o apoio do projeto de Libras. Antes, inclusive, do presidente Bolsonaro discursar, Michelle Bolsonaro fez o primeiro discurso presidenciável em Libras. Ela arrebentou com toda essa questão do que as pessoas com deficiência sofrem. Ela trouxe à tona a visibilidade às pessoas com deficiências raras, os surdos, os cegos, as pessoas com deficiência física. Michelle Bolsonaro, ao invés, por exemplo, de comprar móveis caríssimos, ela não, ela abria as portas do Alvorada para as crianças irem lanchar, brincar, até tomar banho de piscina. Então, Presidente, por tudo que Michelle Bolsonaro fez pelo nosso Brasil, pela nossa João Pessoa, pela nossa Paraíba é que eu solicito aos meus pares que a gente possa conceder o Título de Cidadã Pessoaense à Michelle Bolsonaro”. O Sr. vereador Carlão disse: “Vereadora Eliza Virgínia, parabéns pela propositura. Nós precisamos de pessoas com exemplos de hombridade, de caridade, a gente precisa de pessoas que



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

transmitam para nós a proteção de vulneráveis, de pessoas excluídas e não lembradas, os irmãos que sofrem com doenças raras, deficientes físicos, surdos, mudos, cegos. A primeira-dama do Brasil, Michelle Bolsonaro, representou tudo isso. Ela é a expressão da verdadeira inclusão daqueles que têm muito poucos direitos, e conseguiu fazer isso no seu papel, com lucidez, com sabedoria, com bom entendimento, com boa política. Ela não jogava palavras foras. Aproveitou o fato de seu esposo ser o maior presidente do Brasil e conseguiu, com a sua influência, dentro de sua casa, fazer um grande trabalho de inclusão a essas pessoas. E essa Casa honrar essa mulher com a cidadania. E trago na memória que ela estava aqui pessoalmente, com o ministro Marcelo Queiroga, à época ministro da Saúde, para abrir um dos primeiros centros de doenças raras do município. Michelle Bolsonaro representa a expressão da força, da liderança da mulher, lutando por verdadeiras inclusões. E é em razão disso que eu queria contar com o voto favorável dos vereadores dessa Casa, em respeito ao grande trabalho de inclusão social que Michelle Bolsonaro fez em João Pessoa, na Paraíba, em todo o Brasil”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Sr. Presidente, me permita discordar. Eu sei que, até hoje, nenhum título de cidadão foi negado, nem de cidadã, mas me permita me opor diante dos fatos. Michelle Bolsonaro, durante o tempo que ela passou, ela foi especialista em liberar empréstimos na Caixa Econômica para seus amigos, furando fila, privilegiando aqueles que são eleitores de Bolsonaro. Os R\$ 89 mil de Queiroz, ela ainda não respondeu. Cadê o dinheiro que ela recebeu de Queiroz? Então, eu acho que qualquer título concedido a essa família, que tão mal fez ao nosso país, vai ter sempre a minha oposição. Uma família que usa o fanatismo religioso como moeda de troca, como barganha, como força política, eu acho que já está descredenciado a qualquer tipo de título de cidadania, por isso que tem minha oposição”. O Sr. vereador Mô Lima disse: “Eu conheci a família Bolsonaro, conheci o próprio Bolsonaro, Michelle, tive com ela alguns momentos. E um dos momentos mais emocionantes foi quando o presidente Bolsonaro deu o título de Patrimônio Cultural da União ao meu pai, Pinto do Acordeon. Naquele momento meu pai já tinha falecido. Iríamos tocar a posse do presidente, e Michelle Bolsonaro, aquela mulher sensível, que faz jus ser primeira-dama, que passou com conduta, andando todos os estados, inaugurando ações do governo federal. E vou dar um exemplo do que é a família Bolsonaro. Quando meu pai foi ser homenageado em São Paulo, o governo federal não pancou a gente, na ida, de nada. Não mandou passagem aérea, ficamos hospedados no hotel de passagem do Exército, que até então o governo federal não tinha contratos com hotéis em Brasília. Toda a nossa despesa foi paga por nosso bolso. Sabe por quê? Porque estávamos vivendo um outro momento no Brasil. No tempo que não tinha mamata de governo federal de cartão. Graças a Deus, eu bato no peito, eu passei por isso e vi a família Bolsonaro fazendo isso. Eu estou fazendo um testemunho meu. Podem dizer que teve cartão, mas eu digo a vocês, por onde eu passei, nos eventos do governo Bolsonaro, não tinha mamata de cartão, não tinha mamata de amigo fazer empréstimo em Caixa Econômica. Eu não vi nada disso, não. Agora, eu vi uma família trabalhando, uma mulher que entrou na cidade de João Pessoa, que não tinha um hospital para doenças raras, e ela teve a sensibilidade de chegar aqui e concluir um hospital lindo, maravilhoso e que está sendo um benefício para a nossa cidade. Parabéns, Michelle. Parabéns, vereadora Eliza”. O Sr. vereador Fábio Lopes disse: “A gente escuta a votação da justificativa do vereador do PT, mas tudo isso, de forma jurídica, tudo que ele falou aí, a justiça comprovou que nada existiu. Então, parabenizar a vereadora Eliza, pelo título, e dizer que Michelle se resume em compromisso com a dignidade humana. Quem conhece aquela mulher sabe o quanto ela luta pelos mais necessitados. Ela colocou de lado ideologias ou qualquer tipo de coisa para trabalhar, sim, por aqueles que mais precisavam. Muitos parlamentares pelo Brasil, inclusive vereadores, mal ouviam falar em doenças raras, pessoas que trabalham com Libras, outros tipos de acessibilidade. Lá no hospital federal, enquanto a gente foi gestor no governo de Bolsonaro, a gente abriu o primeiro ambulatório de trissomia 21 do Norte e Nordeste, ou seja, o



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

único local que uma criança entra e faz o diagnóstico completo para poder saber a síndrome que ela tinha. Antes, ele teria que ir para São Paulo. Então, Michelle, com essa sensibilidade incrível, abriu o programa Pátria Voluntária, o maior programa social existente, para assistir pessoas do Brasil. Então, é com muito orgulho que a gente vai votar esse título aqui, hoje, de cidadã. Tenho certeza de que a Câmara e os nobres vereadores vão aprovar. E Michelle, continue firme, continue apenas servindo, que Jesus Cristo ensinou isso: quem mais serve é quem mais chega próximo das pessoas e mais chega alto, para ajudar cada vez mais”. O Sr. vereador Tarcísio Jardim disse: “Apenas, Presidente, parabenizar a vereadora Eliza pela propositura. Aqui, se for retirada as vendas da cegueira ideológica, todo mundo vai saber e vai confirmar o trabalho maravilhoso que Michelle faz. Essa pauta que ela levanta no país inteiro, essa representatividade de uma pessoa serena, de uma pessoa que busca favorecer os menos favorecidos, que é o que se tanto fala do outro lado. E que ela possa continuar com esse trabalho, continuar dando exemplo, continuar motivando, porque pessoas que formam opinião e pessoas que têm respaldo público, quando tocam nessa pauta, a gente gera o exemplo. Na palavra convence, mas o exemplo arrasta. E que diferença, hein? A gente pode dar um voto de aplauso à Michele Bolsonaro, que, infelizmente, a gente não pode dizer a mesma coisa de Janja”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 24; contrários: 02 (Marcos Henriques e Jailma Carvalho); abstenções: 00; ausentes: 02.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em discussão e votação única.

Declaração de voto: A Sr.^a vereador vereadora Eliza Virgínia disse: “Marcos Henriques, quem votou contrário, Jailma... que saudade de Michelle Bolsonaro. Que absurdo, que coloca toda vez o Brasil em maus lençóis, que quer se espremer ali, nas fotos, para aparecer com Lula. Que faz viagens turísticas antes do seu marido ir, faz viagem turística para a Rússia, gastando milhões e milhões de reais do povo brasileiro. Que compra os móveis, que compra seus lençóis, que faz todas as coisas e fecha loja – somente exclusiva. Chega com seus criados para fechar loja e saírem todos com as suas milhares e milhares de sacolinhas, feito uma dama”. O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Só para fazer justiça, Presidente. A primeira-dama Michelle Bolsonaro não fez negociatas com Caixa Econômica. A primeira-dama, Michelle Bolsonaro, não esteve envolvida ou facilitando os esquemas, enganando velhinhos, aposentados do INSS. A primeira-dama Michelle Bolsonaro não estava envolvida nos esquemas de educação do Pé-de-Meia, que engana os alunos da escola pública. A primeira-dama Michelle Bolsonaro é uma mulher decente, de altivez, e não merece as palavras – e eu queria pedir, inclusive, que fossem retiradas essas palavras do vereador Marcos Henriques, em atribuições falaciosas e mentirosas sobre a primeira-dama. Não se tem nada contra essa mulher, e aqui o que tem que ser preservado é a dignidade e a moral dessa mulher. A oposição ideológica é consciente e salutar, mas voltada de mentiras para manchar o nome de uma mulher honrada, isso aí a gente não pode aceitar. Eu queria pedir ao Presidente que sejam retiradas essas palavras”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Eu não vou mais falar sobre Michelle Bolsonaro, o que eu tinha para dizer, eu já disse. Agora, ofender a primeira dama como foi ofendida aqui, aí eu acho que merece uma retratação. Porque eu me orgulho muito da primeira-dama. A qualificação dela é infinitamente maior do que essa... Tem nada. Nunca estudou na vida. Então eu acho que quem tem uma Universidade Federal do Paraná, com graduação em História, especialização em História e Cidade já está dizendo que é uma pessoa qualificada e está ajudando muito o presidente Lula lá no seu mandato. Então falar de Janja para exaltar ... eu acho que isso é muito ruim e eu não concordo”. O Sr. vereador Mô Lima disse: “Eu queria pedir aos vereadores, já que estamos falando de duas mulheres, para a gente não estar denegrindo a imagem também da mulher. É porque estamos numa casa legislativa e, Presidente, eu queria que a gente seguisse o nosso roteiro, porque senão daqui a pouco a gente vai entrar já, já no Irã



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

e Israel aqui”. O Sr. vereador Fábio Lopes disse: “Presidente, de forma bem curta, já que o senhor pediu, eu só quero dizer para ficar registrado: Michelle Bolsonaro, venha para João Pessoa, o título é seu de forma legítima e democrática. A Casa é sua, João Pessoa agora é sua, vamos crescer a nossa cidade cada vez mais”. O Sr. vereador Guguinha Moov Jampa disse: “Presidente, eu só quero que peça para tirar da ata as palavras que foram contra a primeira dama. Eu acho que todas as primeiras damas merecem respeito, são mulheres e do mesmo jeito que a Michelle Bolsonaro passou, e eu votei pelo Título de Cidadã Pessoaense, ela tem todo o respeito. A primeira dama do atual também, então pedir para que tire da ata as palavras que a vereadora Eliza falou da primeira-dama Janja, que eu acho que merece respeito do mesmo jeito que a Michelle Bolsonaro merece”. O Sr. Presidente Dinho disse: “Vai ser encaminhado. Qualquer fala contra qualquer mulher, não é porque é a primeira-dama, não, qualquer mulher aqui nesta Casa, nenhuma fala será... Pode ser primeira-dama, segunda, terceira, amante, namorada, mas contra nenhuma mulher aqui eu deixarei, enquanto eu estiver aqui sentado, qualquer palavra de ofensa. Setor de ata já vai providenciar e vai retirar tanto de uma como de outra”.

Em bloco:

ITEM 10: PDL 39/2025

Autoria: Vereador Guguinha Moov Jampa

Assunto: CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO PESSOENSE A ANDRÉ LUIZ SABINO MOREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ITEM 11: PDL 49/2025

Autoria: Vereador Guguinha Moov Jampa

Assunto: CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃ PESSOENSE À MAYANA MARIA RAMOS NEIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 26; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 02.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em discussão e votação única.

ITEM 12: PDL 53/2025

Autoria: Vereador Ícaro Chaves

Assunto: CONCEDE A MEDALHA DE HONRA AO MÉRITO JURÍDICO JOACIL BRITO PEREIRA AO ADVOGADO SOLON HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: O Sr. vereador Mô Lima disse: “Parabenizar o vereador, conheço muito o advogado Sólon Benevides, pessoa íntegra, homem que trabalha há muito tempo nos corredores e nas audiências da nossa Justiça, sempre esse homem íntegro, que sempre representa muito bem a nossa cidade, com muita dignidade”. O Presidente Valdir Dowsley – Dinho – disse: “Também parabeno o advogado Dr. Sólon, preparadíssimo, tanto ele como seu sócio, Dr. Valter Agra, são merecedores e já tiveram honrarias desta Casa, mas a Medalha Joacil de Britto é uma importante honraria, e está de parabéns o vereador”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 26; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 02.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em discussão e votação única.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Em questão de ordem, o Sr. vereador Fernando Milanez Neto reforçou a solicitação da inclusão da matéria 04/2025 na Ordem do Dia.

O Presidente suspendeu momentaneamente a sessão. Retomada a sessão, teve continuidade a Ordem do Dia.

Em questão de ordem, o Sr. vereador Odon Bezerra solicitou a inclusão do projeto 2248, com emenda.

Em questão de ordem, o Sr. vereador Fernando Milanez Neto solicitou votação nominal da matéria nº 157/2025, porque “essa matéria não tem acordo nenhum entre oposição e situação”.

Em questão de ordem, o Sr. vereador Marcos Vinícius disse ter certeza que o vereador Marcos Henriques “não vai votar contra esta matéria porque ele é partidário do presidente Lula”.

O Presidente passou os projetos para análise das Comissões.

Abertura de Reunião Extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública - CFOOAP

PLO 249/2025

Autoria: Executivo Municipal – Prefeito Cícero Lucena

Assunto: PROMOVE A DESAFETAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA E REALIZA A AFETAÇÃO COMO EQUIPAMENTO COMUNITÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Apreciação no âmbito da CFOOAP

Parecer: favorável da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Tarcísio Jardim, ficou a relatoria do projeto e emitiu seu parecer como favorável à matéria. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Para esclarecer aos colegas e até mesmo para que a gente saiba o que é desafetação. Desafetação de bem público é o processo administrativo pelo qual um bem público, anteriormente destinado ao uso comum ou especial, tem sua destinação alterada, tornando-se um bem dominical, ou seja, disponível para alienação de outros fins. Isso significa que o bem deixa de ser utilizado para finalidade pública original e passa a integrar o patrimônio disponível do ente público, podendo ser vendido ou transferido. Esse é o conceito de desafetação. No entanto, eu queria nesse momento, sem entrar no mérito da questão, possivelmente eu devo votar contrário a essa proposta, mas pela Comissão de Finanças e Orçamento eu acho que não tem nenhum óbice. Isso sem o mérito. Mas eu sigo o relator”.

Votação (**):** favoráveis: 05; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 01 (João Almeida).

Situação: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Tarcísio Jardim, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

Declaração de voto: O Sr. vereador Raoni Mendes disse: “Conforme a leitura ali no artigo primeiro, essa área desafetada como equipamento comunitário. Então ele deixa de ser rua para ser equipamento comunitário. No meu entendimento não vejo nenhum óbice”. O Sr. vereador Tarcísio Jardim disse: “É exatamente como o vereador Marcos Henriques falou, nós não estamos aqui analisando o mérito do projeto, como a CCJ também faz e analisa a constitucionalidade. Para a comissão e os parâmetros da comissão, o projeto está totalmente apto a ser devolvido à Mesa e votado em plenário”.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Apreciação em bloco no âmbito da CCJRLP

PLO 235/2025

Autoria: Vereadora Eliza Virgínia

Assunto: INSTITUI O RUBACÃO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL E GASTRONÔMICO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PLO 274/2025

Autoria: Vereador Mô Lima

Assunto: DECLARA A SANFONA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA – PB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer oral: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: O Presidente da CCJRLP, Sr. vereador Damásio Franca Neto, designou o vereador Carlão Pelo Bem para relatoria das matérias. O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Primeiro, dizer que as duas são matérias que enriquecem a cultura, a tradição da nossa cidade. Um projeto de lei para colocar a sanfona como patrimônio cultural e imaterial, e isso reforça o forró, que é, sim, parte da vida do pessoense e do paraibano. E eu quero parabenizar o vereador Mô Lima e, ao mesmo tempo, entender que cultura também é gastronomia, cultura também é sabor. E o rubacão tem uma história no prato do nordestino. Então, ambos os projetos — o da sanfona e o do rubacão — traduzem para a gente uma grande riqueza. Só falta agora a vereadora Eliza aproveitar que são 12h30 e trazer o rubacão para os 29 vereadores, para os irmãos da galeria, da imprensa, para que a gente possa aprovar com louvor”. Havendo consenso dos membros, o parecer do relator foi aprovado pela unanimidade dos membros presentes.

Votação (**):** favoráveis: 07; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 00.

Situação: O Presidente da CCJRLP, Sr. vereador Damásio Franca Neto, declarou aprovado o parecer favorável às matérias.

Reunião Extraordinária da CCJRLP

Apreciadas em bloco as seguintes matérias:

PDL 56/2025

Autoria: Mesa Diretora

Assunto: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO PESSOENSE AO SENHOR FREDERICO DE SIQUEIRA FILHO.

PDL 42/2025

Autoria: Wamberto Ulysses

Assunto: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO PESSOENSE AO EMPRESÁRIO SENHOR SEVERINO MEDEIROS DO NASCIMENTO.

Pareceres: orais favoráveis da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: O Presidente da CCJRLP, Sr. vereador Damásio Franca Neto, passou a relatoria das matérias ao Sr. vereador Milanez Neto, que emitiu pareceres favoráveis. Houve consenso dos membros.

Votação (**):** favoráveis: 07 (Damásio Franca Neto, Valdir Trindade, Carlão Pelo Bem, Durval Ferreira, Marcos Vinícius, Milanez Neto, Odon Bezerra); contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 00.

Situação: O Presidente da CCJRLP, Sr. vereador Damásio Franca Neto, declarou aprovados os pareceres favoráveis às matérias.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Abertura da Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa - CCJRLP

PLO 317/2025

Autoria: Executivo Municipal – Prefeito Cícero Lucena

Assunto: AUTORIZA A REALOCAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA SEGGOV/SEMOB ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DA TRANSPOSIÇÃO E DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE UMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO PARA OUTRA, NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (874 MIL)

Apreciação no âmbito da CCJRLP

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: O Presidente da CCJRLP, Sr. vereador Damásio Franca Neto, avocou para si a relatoria da matéria e emitiu parecer favorável. O Sr. vereador Fernando Milanez Neto colocou que se absteria da votação para discussão posterior em plenário. O Sr. Presidente da CCJRLP, Sr. vereador Damásio Franca Neto, explicou: “Esse valor de 874 mil vai ser para sinalização horizontal, vertical e semaforica, e está sendo tirado da própria Semob”.

Votação (**):** favoráveis: 06; contrários: 00; abstenções: 01 (Fernando Milanez Neto); ausentes: 00.

Situação: O Presidente da CCJRLP, Sr. vereador Damásio Franca Neto, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

PLO 318/2025

Apreciação no âmbito da CCJRLP

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA A REALOCAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA CÂMARA MUNICIPAL E EM DIVERSOS ÓRGÃOS DA PMJP ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DA TRANSPOSIÇÃO, DO REMANEJAMENTO E DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE UMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO PARA OUTRA NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (28 MILHÕES)

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: O Presidente da CCJRLP, Sr. vereador Damásio Franca, passou a relatoria para o Sr. vereador Odon Bezerra que deu parecer favorável à aprovação da matéria.

Votação (**):** favoráveis: 06; contrários: 00; abstenções: 01 (Milanez Neto); ausentes: 00.

Situação: O Presidente da CCJRLP, Sr. vereador Damásio Franca Neto, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

Apreciação no âmbito da CCJRLP

PLO 319/2025

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL EM VÁRIOS ÓRGÃOS NO VIGENTE ORÇAMENTO. (4.216.000,00 quatro milhões, duzentos e dezesseis mil reais)

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: O Presidente da CCJRLP, Sr. vereador Damásio Franca Neto, passou a relatoria ao vereador Valdir Trindade que emitiu parecer favorável.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Votação (**):** favoráveis: 06 (Damásio Franca Neto, Valdir Trindade, Carlão Pelo Bem, Durval Ferreira, Marcos Vinícius, Odon Bezerra); contrários: 00; abstenções: 01 (Milanez Neto); ausentes: 00.

Situação: O Presidente da CCJRLP, Sr. vereador Damásio Franca Neto, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

Abertura de Reunião Extraordinária da Comissão de Políticas Públicas - CPP

PLO 04/2025

Autoria: Vereador Milanez Neto

Assunto: DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE PATROCÍNIO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL A SHOWS E EVENTOS CULTURAIS QUE FAÇAM APOLOGIA AO CRIME, ESPECIALMENTE AO CRIME ORGANIZADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS .

Apreciação no âmbito da CPP

Parecer: favorável da Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: A Presidente da CPP, Sr.^a vereadora Jailma Carvalho, passou a relatoria ao vereador Ícaro Chaves que emitiu parecer favorável à matéria com o consenso dos membros.

Votação (**):** favoráveis: 07 (Jailma Carvalho, Ícaro Chaves, Guguinha Moov Jampa, Eliza Virgínia, Fábio Carneiro, Rômulo Dantas, Toinho Pé de Aço); contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 00.

Situação: A Presidente da CPP, Sr.^a vereadora Jailma Carvalho, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

Apreciadas em bloco na CPP:

PLO 235/2025

Autoria: Vereadora Eliza Virgínia

Assunto: INSTITUI O RUBACÃO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL E GASTRONÔMICO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Apreciação no âmbito da CPP

Parecer: favorável da Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: A Presidente da CPP, Sr.^a vereadora Jailma Carvalho ficou com a relatoria da matéria emitindo seu parecer como favorável. Consenso dos membros.

Votação (**):** favoráveis: 07 (Jailma Carvalho, Ícaro Chaves, Guguinha Moov Jampa, Eliza Virgínia, Fábio Carneiro, Rômulo Dantas, Toinho Pé de Aço); contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 00.

Situação: A Presidente da CPP, Sr.^a vereadora Jailma Carvalho, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

PLO 274/2025

Autoria: Vereador Mô Lima

Assunto: DECLARA A SANFONA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA – PB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Apreciação no âmbito da CPP

Parecer: favorável da Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: A Presidente da CPP, Sr.^a vereadora Jailma Carvalho ficou com a relatoria da matéria emitindo seu parecer como favorável. Consenso dos membros.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Votação (**):** favoráveis: 07 (Jailma Carvalho, Ícaro Chaves, Guguinha Moov Jampa, Eliza Virgínia, Fábio Carneiro, Rômulo Dantas, Toinho Pé de Aço); contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 00.

Situação: A Presidente da CPP, Sr.^a vereadora Jailma Carvalho, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

Apreciação no âmbito da CPP

PLO 245/2025

Autoria: Durval Ferreira

Assunto: INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS SURDAS, SURDOCEGAS, MUDAS E COM DEFICIÊNCIA COMUNICACIONAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: A Presidente da CPP, Sr.^a vereadora Jailma Carvalho, designou o vereador Rômulo Dantas como relator do projeto. O Sr. vereador Rômulo Gouveia emitiu parecer oral favorável à matéria. A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “É com muita alegria que eu voto este projeto, e com muita indignação que eu coloco para esta Casa algo que aconteceu com um menino surdo. Ele é surdo, tem um olho meio vesgo, e uma estudante da Universidade de Campina Grande — não sei o nome dela — aluna da UEPB, que formou-se em Engenharia Sanitária e Ambiental no ano passado e está no Mestrado da UFPB em Ciências e Tecnologia. Ela fez um vídeo criticando Everton, que é um menino surdo, mas que, com muita luta, já está na universidade. Conheço a mãe dele há muito tempo, Jessinete, que sempre esteve na luta pelas pessoas com deficiência, e eu quero colocar aqui uma parte do que ela falou”. A oradora tentou exibir um vídeo, mas o áudio não estava bom. Depois falou: “Ela critica porque todos eram surdos e diz que se achavam. E tem uma nota aqui que eu vou ler rapidamente: nota de repúdio: A CG Acessível manifesta, com profunda indignação, seu total repúdio ao ato de preconceito e capacitismo sofrido por Everton Borba, pessoa surda, amigo, parceiro, colaborador, bem como por seus colegas, durante um evento público, onde todos deveriam ser respeitados e acolhidos. É esse aqui o meu repúdio, ao votar esse projeto tão importante para a acessibilidade. Ainda existem pessoas preconceituosas que criticam a forma física, que criticam a dependência de outras pessoas, que criticam a aparência, e essas pessoas se dizem tão amáveis. Neste meu voto favorável ao projeto, eu repudio a ação desta aluna de Mestrado. Imagine a mestra que ela será”. Logo após, havendo consenso dos membros, o parecer do relator foi aprovado pela unanimidade dos membros presentes.

Votação (**):** favoráveis: 06; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 01.

Situação: A Presidente da CPP, Sr.^a vereadora Jailma Carvalho, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

Reunião Extraordinária da CPP

PLO 273/2025

Autoria: Durval Ferreira

Assunto: INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, O RECONHECIMENTO ANUAL AOS 150 MAIORES CONTRIBUINTES DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: oral favorável da Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: A Presidente da CPP, Sr.^a vereadora Jailma Carvalho, passou a relatoria da matéria ao Sr. vereador Toinho Pé de Aço, que emitiu parecer favorável. Houve consenso dos membros.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Votação (**):** favoráveis: 07 (Jailma Carvalho, Toinho Pé de Aço, Guguinha Moov Jampa, Ícaro Chaves, Rômulo Dantas, Fábio Carneiro, Eliza Virgínia); contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 00.

Situação: A Presidente da CPP, Sr.^a vereadora Jailma Carvalho, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

Abertura da Reunião Extraordinária da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Defesa do Consumidor – CCDHDC

PLO 245/2025

Autoria: Vereador Durval Ferreira

Assunto: INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS SURDAS, SURDOCEGAS, MUDAS E COM DEFICIÊNCIA COMUNICACIONAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Apreciação no âmbito da CCDHDC

Parecer: favorável da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Defesa do Consumidor.

Discussão: O Presidente da CCDHDC, Sr. vereador Guguinha Moov Jampa, avocou para si a relatoria e emitiu parecer favorável. O Sr. vereador Mô Lima disse: “Eu queria só fazer uma correçãozinha, porque existe hoje uma nomenclatura que estão usando, mas não se fala mais ‘surdo-mudo’, é só ‘surdo’, porque, quando você é mudo, é porque você é surdo”. O Sr. vereador Guguinha Moov Jampa explicou que não havia a expressão na ementa. O Sr. vereador Mô Lima disse: “A vereadora está me corrigindo. Não precisa tirar, porque eles estão separados”.

Votação (**):** favoráveis: 05 (Guguinha Moov Jampa, Mô Lima, Luís da Padaria, Chico Sindicato, Wamberto Ulysses); contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 02.

Situação: O Presidente da CCDHDC, Sr. vereador Guguinha Moov Jampa, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

Abertura da Reunião Extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública

PLO 157/2025

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA A CESSÃO ONEROSA DE DIREITOS ORIGINÁRIOS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.

Parecer: favorável da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Tarcísio Jardim, colocou o parecer favorável em discussão. O Sr. vereador Fábio Lopes disse: “É um projeto que a gente, na CFO, está discutindo a constitucionalidade, a parte jurídica. É um projeto que obviamente, quando for para a votação normal, a gente já descreveu aqui que a gente acredita não ser bom para o município, mas dentro da constitucionalidade, a gente vai votar, a princípio, favorável, mas no voto superior a gente vai ser contra o projeto”.

Votação (**):** favoráveis: 06; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 01.

Situação: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Tarcísio Jardim, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

PLO 315/2025

Autoria: Executivo Municipal



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Assunto: AUTORIZA A REALOCAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA SEDEC/FUNJOPE ATRAVÉS DO INSTRUMENTO DA TRANSPOSIÇÃO NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (R\$ 400 MIL)

Parecer: favorável da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Tarcísio Jardim, colocou o parecer favorável em discussão e houve consenso dos membros.

Votação (**):** favoráveis: 06; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 01.

Situação: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Tarcísio Jardim, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

PLO 318/2025

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA A REALOCAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA CÂMARA MUNICIPAL E EM DIVERSOS ÓRGÃOS DA PMJP ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DA TRANSPOSIÇÃO, DO REMANEJAMENTO E DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE UMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO PARA OUTRA NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (28 MILHÕES)

Parecer: favorável da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Tarcísio Jardim, colocou o parecer favorável em discussão e houve consenso dos membros.

Votação (**):** favoráveis: 06; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 01.

Situação: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Tarcísio Jardim, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

Apreciação no âmbito da CFOOAP

PLO 317/2025

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA A REALOCAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA SEGOV/SEMOB ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DA TRANSPOSIÇÃO E DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE UMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO PARA OUTRA, NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (874 MIL)

Parecer: favorável da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Tarcísio Jardim, colocou o projeto em discussão. Consenso do plenário.

Votação (**):** favoráveis: 06 (Tarcísio Jardim, Fábio Lopes, Marcos Bandeira, Marcos Henriques, Mikika Leitão, Raoni Mendes); contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 01.

Situação: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Tarcísio Jardim, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

319/2025

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL EM VÁRIOS ÓRGÃOS NO VIGENTE ORÇAMENTO. (4.216.000,00 quatro milhões, duzentos e dezesseis mil reais)



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Parecer: favorável da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Tarcísio Jardim, colocou o projeto em discussão. Consenso do plenário.

Votação (**):** favoráveis: 06 (Tarcísio Jardim, Fábio Lopes, Marcos Bandeira, Marcos Henriques, Mikika Leitão, Raoni Mendes); contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 01.

Situação: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Tarcísio Jardim, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

245/2025

Autoria: Durval Ferreira

Assunto: INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS SURDAS, SURDOCEGAS, MUDAS E COM DEFICIÊNCIA COMUNICACIONAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Tarcísio Jardim, colocou o projeto em discussão. Consenso do plenário.

Votação (**):** favoráveis: 06 (Tarcísio Jardim, Fábio Lopes, Marcos Bandeira, Marcos Henriques, Mikika Leitão, Raoni Mendes); contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 01.

Situação: O Presidente da CFOOAP, Sr. vereador Tarcísio Jardim, declarou aprovado o parecer favorável à matéria.

Apreciadas as seguintes matérias:

ITEM 13: PLO 249/2025

Autoria: Executivo Municipal – Prefeito Cícero Lucena

Assunto: PROMOVE A DESAFETAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA E REALIZA A AFETAÇÃO COMO EQUIPAMENTO COMUNITÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas, Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Senhor Presidente, eu tive um posicionamento na Comissão de Finanças e Orçamento, mas eu li o projeto melhor e o vereador Raoni também esclareceu bem, que é uma área específica que vai ser transformada em área comum. Então, eu quero me posicionar favorável, revendo aquela opinião que eu tive anteriormente”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 24; contrários: 01 (Fábio Lopes); abstenções: 00; ausentes: 03.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 14: PLO 315/2025

Autoria: Executivo Municipal – Prefeito Cícero Lucena

Assunto: AUTORIZA A REALOCAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA SEDEC/FUNJOPE ATRAVÉS DO INSTRUMENTO DA TRANSPOSIÇÃO NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (R\$ 400 MIL)

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Discussão: O Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse: “Eu vou votar favorável à matéria, até porque já foi esclarecido que este dinheiro é para pagar o São João do corrente ano, e eu quero demonstrar, vereador Odon, que tudo o que for acordado e viável para a cidade contará, sim, com o mandato do vereador Milanez, independente do que seja. Eu estou aqui sempre para fazer o bom debate, e, quando for algo positivo, contará com o apoio do nosso mandato. Eu voto favorável à matéria por entender a importância e a necessidade de pagar o São João da cidade”. O Sr. vereador Fábio Lopes disse: “É uma matéria importante, que mexe com a cultura da nossa cidade, como foi dito, para fazer o pagamento das quadrilhas. A gente acabou de votar o projeto de Guguinha, que coloca as quadrilhas para usar o bem público, que são as quadras das escolas. Então, tem o nosso voto favorável, tendo em vista que essas pessoas tanto precisam”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 25; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 03.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 15: PLO 317/2025

Autoria: Executivo Municipal – Prefeito Cícero Lucena

Assunto: AUTORIZA A REALOCAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA SEGGOV/SEMOB ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DA TRANSPOSIÇÃO E DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE UMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO PARA OUTRA, NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (874 MIL)

Pareceres: oral favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: O Sr. vereador Tarcísio Jardim disse: “Salvo engano, está incluso o pagamento da bolsa dos alunos do curso de formação do concurso agora da Semob. Eles terminaram o curso, mas não receberam a bolsa”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “Nós recebemos esses alunos aqui, no dia do Maio Amarelo. Inclusive, eles lotaram as galerias”. O Sr. vereador Milanez Neto disse: “Com as informações do vereador Tarcísio e também tendo discutido essa matéria antes da sessão com o vereador Odon, também votarei favorável, sem a menor objeção à matéria”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 25; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 03.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 16: PLO 318/2025

Autoria: Executivo Municipal – Prefeito Cícero Lucena

Assunto: AUTORIZA A REALOCAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA CÂMARA MUNICIPAL E EM DIVERSOS ÓRGÃOS DA PMJP ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS DA TRANSPOSIÇÃO, DO REMANEJAMENTO E DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE UMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO PARA OUTRA NO VIGENTE ORÇAMENTO, EM OBSERVÂNCIA AO INCISO VI, DO ARTIGO 167, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (28 MILHÕES)

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: O Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse: “Eu vou manter o acordo que fiz com o vereador Odon hoje pela manhã, mas eu quero fazer um alerta. A previdência, ao longo desses 8 anos e meio que eu estou na Casa, sempre foi deficitária, e agora está votando um remanejamento, tirando



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

doze milhões da previdência para custeio — doze milhões: onze milhões e duzentos mil, mais oitocentos mil de encargos com pensionistas do IPM —, doze milhões para esse remanejamento. Então, a responsabilidade não é do nosso mandato. A gente está votando uma matéria aqui que veio do Executivo, que está dizendo que existe, teoricamente, um superávit na previdência do município de João Pessoa. Então, eu quero só fazer esse registro, que essa informação é dada pela mensagem encaminhada pelo Executivo”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 25; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 03.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 17: PLO 319/2025

Autoria: Executivo Municipal – Prefeito Cícero Lucena

Assunto: AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL EM VÁRIOS ÓRGÃOS NO VIGENTE ORÇAMENTO. (4.216.000,00 quatro milhões, duzentos e dezesseis mil reais)

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: Consenso do Plenário

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 25; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 03.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão

ITEM 18: PLO 04/2025

Autoria: Fernando Milanez Neto

Assunto: DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE PATROCÍNIO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL A SHOWS E EVENTOS CULTURAIS QUE FAÇAM APOLOGIA AO CRIME, ESPECIALMENTE AO CRIME ORGANIZADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e oral favorável da Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: O Sr. vereador Milanez Neto disse: “Agradeço ao vereador Marcos Vinícius, que foi relator da matéria na CCJRLP, ao vereador Odon, que dialogou e debateu comigo durante todo esse tempo, ao gesto da vereadora Jailma por dar o parecer hoje na CPP dessa matéria, e a Vossa Excelência, que também permitiu que incluíssemos essa matéria na Ordem do Dia hoje. Acredito que estamos sendo a primeira capital do país a aprovar uma matéria tão importante e relevante. Nos dias atuais, vereador Dinho, as pessoas estão fazendo recepção a crimes e às pessoas que fazem apologia ao crime, quando saem das penitenciárias, são recebidos com festas e com pancadões à porta de penitenciárias. E nós estamos aqui, nesta manhã, dizendo que, com recurso público da nossa cidade, não vamos fazer apologia ao crime ou a facções criminosas. Estamos virando uma página, se em algum momento isso já ocorreu, hoje estamos dizendo à cidade de João Pessoa que o compromisso desta Casa é cuidar das crianças, dos adolescentes e das nossas famílias, fazendo uma legislação capaz de preservar a família e os bons costumes. Fica aqui o meu agradecimento a cada pessoa que participou, de forma direta ou indireta, e fica o meu apelo a todos os colegas vereadores para que possamos votar essa matéria por unanimidade”. O Sr. Luís da Padaria disse: “Vereador Milanez, você foi feliz, porque a gente sabe da violência, sabe como está a situação. Você sabe que eu sempre prezo e falei que temos 29 vereadores e está na hora de a gente realmente agir. Marcos Henriques é uma pessoa muito ligada aos movimentos, eu estou vendo que muitas pessoas só na hora de sair de casa são assaltadas e essa matéria vem para somar. Eu vou votar sim à matéria, pode ter certeza”. O Sr. vereador Mô Lima disse: “Parabéns,



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

inclusive, tive algumas conversas com vocês sobre essa lei maravilhosa. Queria ver a possibilidade de a gente encontrar alguma emenda sobre as contratações também, para que a Prefeitura não continue contratando esse tipo de artista que fala sobre drogas, que desrespeita e denigre a imagem da mulher. Quantas vezes já estivemos no Bloco das Muriçocas e vimos trios elétricos com artistas cantando esse tipo de música que, na verdade, nem considero música, é apologia mesmo. Isso é triste. Hoje em dia, infelizmente, a nossa capital vive essa realidade. Posso dizer que há facções que bancam artistas para gravar os discos, para que falem da facção, para dizer que a facção manda, que quem manda é o "bonde". Já vi crianças em comunidades, meninas de cinco anos, dançando músicas com letras como "bate a pistola no bumbum". Isso não pode ser aceito em nossa realidade. Vivemos uma situação que não pode chegar ao ponto do que ocorre no Rio de Janeiro ou em Recife, que perderam o controle. Esse projeto merece parabéns, de verdade. É um zelo pela família paraibana, especialmente João Pessoa. Se Deus quiser, essa lei será aprovada". O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: "O projeto do vereador Milanez surge em um momento oportuno e também de uma máxima dos vereadores do PL, onde foi a origem desse projeto, que se disseminou por todo o Brasil. É um projeto que visa proteger, de fato, as crianças de uma má cultura, do tráfico, da violência e de um esquema criminoso que se aproveita da música e da dança para macular, aferir e proliferar crimes. Nós estamos em João Pessoa e aprovamos um projeto de lei que veda músicas erotizadas dentro das nossas escolas, e esse projeto vem para fortalecer isso. A nossa cultura tem que ser usada para a propagação do forró, da boa tradição, da boa comida, da boa dança, como fizemos aqui, jamais para a proliferação de crimes. Isso, sim, deve ser repudiado. Então, parabenizo o vereador Milanez e digo que esse projeto tem, sim, a necessidade de ser aprovado e, mais do que tudo, executado e vigiado". A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: "Esse projeto é muito importante. Inclusive nós recebemos uma grande notícia, que Anitta não vem para Campina, está doentinha, que fique curada lá, mas não tem nada a ver com o forró, e principalmente suas músicas obscenas não são bem-vindas aqui. E do jeito dela, o MC Oruam, MC Poze, que agora depois da prisão foi recepcionado com tanta festa. Mas isso gente, alguns pode, dizer que é a falta do estado aonde eles moram, mas o problema não é esse. O problema é que em 2020 e 2021, durante a pandemia, infelizmente, o STF contribuiu com isso proibindo a polícia de subir nos morros do Rio. Então, a falta do estado está também quando se rouba dos velhinhos, quando se permite essa aquiescência toda com o crime, quando se solta 400 kg de drogas e armas. Quando na Audiência de Custódia, mesmo o cara que é preso com arma, com tudo, com drogas, se solta. Realmente o estado está interferindo a favor do crime e a consequência disso é esse tipo de música que deveria, inclusive, não sei se está aí as sanções de demissão de professor e de diretor, que porventura deixar esse tipo de música tocar nas escolas e crianças dançarem". O Sr. vereador Fábio Lopes disse: "Parabenizar o vereador Milanez. O combate ao crime organizado tem que ser em várias esferas. Tem a polícia na ponta, mas tem, acima de tudo, a educação e a cultura. E o Poder Público não pode ter os seus recursos utilizados na cidade para promover esse tipo de música que vem trazer para nossa cidade. Imagina no dia a dia, o nosso Poder Público estar financiando e patrocinando nas nossas festas, a gente é tão rico de outras culturas, como o forró e outras músicas, a atuação de pessoas que vêm de fora para usar esse tipo de controle deles para denegrir a nossa cidade e o nosso estado. Vamos defender nossa cidade. Não vamos transformar isso aqui numa Recife e num Rio de Janeiro. Nós temos uma responsabilidade muito grande aqui nessa Câmara. Pode contar com nosso voto e nosso apoio sempre. Parabéns pelo trabalho nesse semestre e pode contar com a gente".

Votação Simbólica (*):** favoráveis: 25; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 03.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1^a e 2^a discussão.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Declaração de voto: O Sr. vereador Milanez Neto disse: “Presidente, eu queria agradecer a Casa e queria dizer que João Pessoa hoje diz não a Mc Poze, Mc Oruam, as facções criminosas que tentam dominar a cidade de João Pessoa. E essa lei, Mô Lima, eu preciso fazer um registro que nesse mesmo plenário sentava meu pai nessa cadeira e seu pai aqui, e essa lei fica em homenagem a Pinto do Acordeon, a nossa cultura, a dizer não a criminalidade, não a bandidagem, e dizer sim aos verdadeiros e verdadeiras mulheres e homens que fazem a nossa cultura. Que essa lei seja em homenagem a Pinto e que a gente mostre que João Pessoa é contra a bandidagem e a criminalidade”. O Sr. vereador Mô Lima disse: “Parabéns Milanez, você foi sensível demais, eu acho que o dinheiro público é para isso, é para a gente ajudar a nossa cultura, e não está de alguma forma, indiretamente, ajudando o crime. Porque a partir do momento que a gente pega o dinheiro público e contrata um artista desse, a gente está favorecendo crime. O dinheiro público não pode bancar o crime, o dinheiro de quem paga imposto é para o pai de família. Parabéns de verdade pela lembrança do meu pai, um homem íntegro que sempre lutou pela poesia, pela boa música, assim como Luiz Gonzaga. E isso sim é o que nós merecemos para levar nossa família, para colocar para dentro da nossa casa, é a boa música, é algum artista que a gente sai de casa para ver e assistir. Obrigado”.

ITEM 19: PLO 235/2025

Autoria: Eliza Virgínia

Assunto: INSTITUI O RUBACÃO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL E GASTRONÔMICO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “Este projeto surgiu de uma ideia enquanto caminhávamos e pedalávamos na orla, e a gente observa o impulsionamento do turismo em João Pessoa. São hotéis que aparecem a todo momento, vamos ter 13.000 leitos a mais neste ano, o Hotel Tambaú está aí prestes a ser reinaugurado, e aí eu já deixo a sugestão para o Hotel Tambaú, que gosta de fazer algumas festas, que faça o Festival do Rubacão e convidem os vereadores, logicamente. A ideia surgiu porque nós não somos conhecidos por nenhuma comida típica, e temos tantas comidas gostosas. Apareceram algumas sugestões, como cuscuz com bode, tapioca, porém o rubacão traz algo especial, porque ele não tem quase em lugar nenhum quanto em João Pessoa, e agora vai ter ainda mais. Por aí tem o baião de dois, mas aqui é o rubacão. Então, para contribuir com o turismo pessoense, que traga o rubacão. E daqui a pouco, convido os vereadores para se servirem do rubacão feito de ontem para hoje, destas mãos aqui e da minha amiga Elaine, que está em casa”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 25; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 03.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 20: PDL 56/2025

Autoria: Mesa Diretora

Assunto: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO PESSOENSE AO SENHOR FREDERICO DE SIQUEIRA FILHO.

Parecer: oral favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 25; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 03.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em discussão e votação única.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Declaração de votos: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “Eu quero agradecer à Mesa Diretora e a todos os vereadores, porque esse título a Frederico Siqueira, mestre na comunicação no país, já foi de todas as empresas, inclusive a última da Telebrás, que ele fez parte também, e hoje, como ministro da Comunicação, competente ministro, está à frente do comando do Ministério. Esta Casa aqui está de parabéns no dia de hoje”.

ITEM 21: PLO 274/2025

Autoria: Mô Lima

Assunto: DECLARA A SANFONA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DE NATUREZA IMATERIAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA – PB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: oral favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa e Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: O Sr. vereador Mô Lima disse: “Vereadores, eu acho que todos aqui sabem da minha origem, de onde eu venho, da minha mãe, Madalena, meu pai, grande sanfoneiro, músico. Quando eu propus esse projeto foi para fazer do acordeom, da sanfona, que é um instrumento de trabalho, que eu conheço vários pais de família que sustentam sua família com a sanfona, com o zabumba e o triângulo, e assim meu pai fez, como músico, como cantor, nossa referência maior é Luiz Gonzaga, Flávio José, Dominginhos, entre tantos, e esse é um brilho para nossa cidade. A sanfona sempre foi um patrimônio e hoje sai daqui sendo reconhecida. E, Presidente e vereadores, eu saio muito triste também com uma nota de repúdio ao São João de Campina Grande. O São João de Campina, no domingo passado, um sanfoneiro estava tocando em Galante, já três horas, o contratante não forneceu nem água para eles, eles pararam o show porque não tinha água. Foram reclamar na imprensa, teve repercussão. A empresa, junto com a Prefeitura de Campina Grande tiraram eles de todas as programações. Eles, que já ganham muito pouco em Campina Grande, que em Campina Grande o cachê do trio pé de serra é R\$ 800 reais. Quando pagam o imposto, fica R\$ 630. Diferente de João Pessoa, que é um trabalho nosso, que conseguimos: João Pessoa é a única capital do mundo que paga a um trio de forró R\$ 3.500 reais. Os outros pagam R\$ 800, R\$ 1.200 reais. E o sanfoneiro Ananias foi chamado, foi forçado a assinar um contrato, onde ele diz que não vai mais tocar pela Prefeitura de Campina Grande. E aqui, à Arte Produções, eu deixo minha nota de repúdio. Em pleno São João, um músico, um artista, que era para estar sendo muito bem tratado, ovacionado, que é quem, de verdade, leva o turista, é o sanfoneiro. É um momento ímpar que o sanfoneiro tem, que no mês de junho, o turista, todo mundo quer ver o trio pé de serra, e a Prefeitura de Campina Grande, através da empresa Arte Produções, faz esse crime. Isso é um crime com a nossa cultura. E aqui eu deixo minha nota de repúdio à Prefeitura de Campina Grande e à Arte Produções”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Eu acho que o vereador Mô Lima não exaltou apenas a sanfona, agora, sobretudo, os artistas, que estão numa situação, como bem o vereador relatou, de não valorização. Alguns projetos estão sendo votados, o projeto do *couvert* artístico, o projeto, ontem, do canhoto, são projetos importantes para a nossa cultura. Então, fico também feliz, Mô Lima, de ter ajudado essa história do valor do trio de sanfona, porque eu introduzi o Forró nas Praças, o ano retrasado, e paguei um cachê de R\$ 3 mil reais. E foi importante a Prefeitura também ter copiado, acho que foi bom isso, porque a Prefeitura pagava R\$ 1.200 reais, e agora subiu para R\$ 3.500. Parabéns ao vereador Mô Lima, que fala com cátedra pelo fato de ele ser músico e sanfoneiro, e um bom sanfoneiro, por sinal, e fica aqui os meus parabéns”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 25; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 03.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ITEM 22: PLO 245/2025

Autoria: Durval Ferreira

Assunto: INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS SURDAS, SURDOCEGAS, MUDAS E COM DEFICIÊNCIA COMUNICACIONAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: A Sr.^a vereador Eliza Virgínia colocou que há emendas e que o projeto seja votado, porém, com votação posterior de emenda.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 25; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 03.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

Votação de emenda:

Discussão: O Primeiro-Secretário, Sr. vereador Marcos Henriques, disse: “A emenda suprime o termo *muda*, da ementa e do artigo 1º, do projeto de lei ordinária número 245/2025, que institui a política municipal de inclusão e acessibilidade para pessoas surdas, surdo cegas, mudas e com deficiência comunicacional no município João Pessoa”. O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Nós aprovamos o projeto, e a emenda traz uma alteração da ementa. E, regimentalmente, não temos como alterar a ementa em projetos de lei de vereadores, de modo que a discussão aqui pode ser aproveitada a alteração do artigo 1ª, mas não na alteração da ementa. É a única sugestão que eu posso trazer aqui”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “Ou apresentar um novo projeto alterando”. O Sr. vereador Carlão Pelo Bem pediu a autora da emenda, vereadora Eliza Virgínia, a retirada. O Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse: “Virá com o veto, até porque tem uma palavra no projeto que compromete a matéria como um todo. E aí, o que a gente poderia fazer é, vindo o veto, manter o veto, porque realmente tem um erro dentro da matéria, inclusive, levantado pelo vereador Mô Lima, e a gente vê, futuramente, como apresenta a matéria – o vereador Durval apresentar novamente, sem a palavra que compromete o texto num todo”. O Sr. vereador Mô Lima disse: “Presidente, o que poderíamos — já que o projeto foi votado — colocar, para não ter o veto, a possibilidade de ter a correção”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “Cabe à vereadora, se for o caso, retirar a emenda”. O Sr. vereador Marcos Vinícius disse: “Presidente, o projeto já foi aprovado. Infelizmente, venceu a etapa. O vereador Carlão chamou a atenção, e aí vem o veto depois, pela Procuradoria”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “Cabe a Procuradoria. Projeto votado, aprovado. A emenda foi retirada, né? Retirada. Quem pode tirar a emenda é a vereadora autora”. A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “A solução para o problema seria apresentar uma emenda substitutiva do projeto, em geral. Mas eu retiro a emenda, e no próximo semestre nós fazemos as correções necessárias”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “Se houver veto ou se o projeto for aprovado, a gente faz a correção”.

Situação: Emenda retirada.

Em questão de ordem, o Sr. vereador Marcos Vinícius disse: “Presidente, projeto já foi aprovado. Infelizmente, venceu a etapa. O vereador Carlão chamou atenção e aí vem o veto depois...”. O Sr. Presidente Dinho disse: “Quem pode tirar a emenda é a vereadora, a autora”. A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia disse: “Uma solução para o problema seria apresentar uma emenda substitutiva do projeto em geral, mas eu retiro a emenda e no próximo semestre fazemos uma correção”.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou retirada a emenda a pedido da autora



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ITEM 23: PLO 273/2025

Autoria: Durval Ferreira

Assunto: INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, O RECONHECIMENTO ANUAL AOS 150 MAIORES CONTRIBUINTES DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 25; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 03.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 24: PDL 42/2025

Autoria: Wamberto Ulysses

Assunto: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO PESSOENSE AO EMPRESÁRIO SENHOR SEVERINO MEDEIROS DO NASCIMENTO.

Parecer: oral favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 25; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 03.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o projeto em discussão e votação única.

Declaração de voto: O Sr. vereador Milanez Neto disse: “É uma iniciativa extremamente importante reconhecer uma pessoa que contribui muito diariamente com a cidade, que é o companheiro Silvino de Medeiros”. O Sr. vereador Wamberto Ulysses disse: “Medeiros é um grande empresário aqui, que já atuou como policial militar na cidade de João Pessoa. Hoje é dono da Global Construções, do Shopping Moriah, ali na Epitácio, e também da McLaren, empresa que presta serviços para esta Casa, gerando empregos para centenas de pessoas em suas empresas. É uma pessoa altamente humilde, que contribui economicamente com a cidade de João Pessoa, de grande caráter e cercado de muitos amigos. Para mim, é uma honra conceder o primeiro título nesta Casa a uma pessoa que tanto admiro, a quem desejo o bem. Agradeço aos colegas vereadores pela aprovação dessa honrada e merecida homenagem: o Título de Cidadão de João Pessoa a esse colega”.

ITEM 25: PLO 2248/2024

Autoria: Executivo Municipal – Prefeito Cícero Lucena

Assunto: ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 15.197, DE 23 DE MAIO DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas.

Discussão: O Sr. vereador Milanez Neto disse: “Já que a gente vai votar o projeto antes da emenda, eu quero que a gente confirme aqui o acordo da manutenção da emenda. A emenda é o que vai garantir a manutenção da Câmara Municipal no direito de legislar em matérias como essa. Para que a gente não esteja abdicando do nosso que é abdicado diariamente”. O Sr. Presidente Dinho disse: “Apesar de Vossa Excelência levantar essa teoria da conspiração, quando a gente votar o projeto não vai sair correndo não, vamos votar a emenda também. As modificações, o vereador Odon já fez e continua a autorização legislativa”. O Sr. vereador Odon Bezerra disse: “Eu fui ao gabinete do vereador Milanez



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

para discutir essa matéria e ele levantou essa questão, e eu expliquei que o próprio caput do artigo terceiro determina que fosse através de lei. A preocupação do vereador Milanez, e eu compreendi, era que o parágrafo único pudesse suprir o *caput* do artigo terceiro, mas o corpo tem que acompanhar a cabeça. Mas mesmo assim, nós atendemos o vereador Milanez para reforçar que toda e qualquer alteração vai ter que passar pelo crivo desta Casa, não abdicamos de forma nenhuma”. O Sr. vereador Marcos Vinícius disse: “Eu acho que os erros que Vossa Excelência chama a atenção de toda a Casa, mas, no meu entender, eu vou votar com a Casa, porque eu preservo isso e acho importante que passe por ela, mas está lá na Lei Orgânica, mais do que clara. Isso aí é redundante, sinceramente, redundante. Além do mais, nós temos vereadores aqui com assento também no CDU, então, sinceramente, nós vamos acrescentar, mas é desnecessário, porque a Lei Orgânica já diz: na mudança de zoneamento tem que vir para esta Casa, não tem como ser diferente. Mas tudo bem, já que é um acordo do líder, vamos votar”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho – disse: “Não é mudança de zoneamento, é porque, para aprovação dos loteamentos e implantação de vias e modificações que vierem a ser executadas, só estão Seplan e Semob. A gente está preservando o que tem na Lei Orgânica. Está bem claro”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 25; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 03.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho –, declarou aprovado o projeto em 1ª discussão, salvo emenda.

Votação da Emenda 01/2025

Assunto: Emenda ao projeto de lei 2248/25.

Autoria: Vereador Fernando Milanez Neto

Discussão: Consenso do plenário.

Votação Simbólica: favoráveis: 25; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes 03.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovada a emenda e aprovado o projeto, em 2ª discussão.

ITEM 26: PLO 157/2025

Autoria: Executivo Municipal – Prefeito Cícero Lucena

Assunto: AUTORIZA A CESSÃO ONEROSA DE DIREITOS ORIGINÁRIOS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.

Parecer: favorável da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, Comissão de Políticas Públicas, Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública, Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Defesa do Consumidor.

Discussão: O Sr. vereador Fernando Milanez Neto disse: “Presidente, eu queria alertar os colegas vereadores para que a gente tome conhecimento do que a gente vai votar agora. A gente está autorizando o Poder Executivo vender todo o crédito tributário e não tributário da cidade de João Pessoa, sem ter especificado na lei o impacto financeiro, a quem poderá ser vendido, qual é o valor do decréscimo que vai ser dado a esse crédito tributário, se vai comprometer, ou não, os anos subsequentes do governo. Eu ainda sugeri ao vereador Odon que a gente mencionasse que pudesse vender 20% do crédito tributário, que não comprometeria as finanças do município. Mas não. Essa matéria está permitindo se vender todo o crédito tributário e não tributário do município de João Pessoa. Aqui, não está falando vereador de governo ou de oposição, aqui está falando um vereador, um cidadão que se preocupa com o futuro dessa cidade. A gente não sabe, amanhã, quem será o prefeito, nós não saberemos qual é a índole do futuro gestor ou gestora, e eu estou permitindo que se venda toda a receita do município. ‘Não, mas é em bolsa de valores’. E eu sei como é que vai ser? Qual é o deságio disso? Quem será beneficiado com isso? Para quem eu vou estar fazendo isso? Eu,



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

pessoalmente, alerta aos vereadores da Casa para que amanhã a gente não esteja prejudicando a cidade e quem votar favorável tenha sido, no mínimo, cúmplice e conivente com algo pode prejudicar o futuro da cidade”. O Sr. vereador Odon Bezerra disse: “Quando essa matéria aportou na CCJ, eu tive a mesma preocupação do vereador Milanez. Lógico que sou advogado, mas é uma matéria em que eu não tenho o conhecimento profundo. E votamos pela constitucionalidade, mas eu tive a preocupação de me dedicar, uma tarde inteira, estudando a matéria. O que o vereador Milanez tentou passar para os colegas era que João Pessoa, através do prefeito, estaria inventando a roda, ou seja, que seria algo único e exclusivamente do município de João Pessoa. Eu digo: essa matéria dista ao ano de 1964, e que ficou um pouco adormecida e que teve que ser regulamentada por várias leis. Eu cito a Lei 13.476/2017, a Lei 4.320, de 17 de março de 64, que é a originária. E para um esclarecimento da alteração, o artigo 39ª, da Lei 4.320, diz: ‘a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município poderá ceder onerosamente, nos termos desta lei e da lei específica, que autorize direitos originários de crédito tributário e não tributário, inclusive quando inscritos em dívida ativa, a pessoas jurídicas de Direito Privado e a Fundos de Investimentos pela Comissão de Valores Imobiliários’. Então, como o vereador falou, estaria se dando um cheque em branco? Não. A legislação federal já prevê. Ela foi regulamentada. O que a Prefeitura de João Pessoa está fazendo nada mais é do que se amoldar. E mostro a Vossas Excelências os benefícios. Otimizar a gestão da dívida ativa de crédito tributário ou não tributário. Olha, se nós passarmos, hoje, no Fórum Cível de João Pessoa e procurarmos saber quantos processos da Fazenda do município de João Pessoa tem, eu creio que seja a Vara que seja abarrotada de processos. Quando é que o município vai receber? Eu não sei. Por quê? Porque os processos têm 10, 15 ou 20 anos. Não tem prescrição, porque só intercorrente, mas a prescrição suspende no momento do ajuizamento da ação. Então, o que se busca fazer? Ora, vamos dizer que se entregou esse crédito a um banco, que ele comprou na Bolsa de Valores. A própria Progem acompanha todo o processo até o final, até o seu deslinde, que é a Procuradoria-Geral do município de João Pessoa, com um quadro que eu reputo um dos melhores do Brasil e de responsabilidade. Vereador Milanez, esse projeto nasce dentro da Procuradoria-Geral do município de João Pessoa, feito há quatro anos, por dois procuradores de excelência. E eu tive a oportunidade e preocupação de ligar para ambos, e eles me garantiram da lisura e do empreendimento que o município pode fazer. E com créditos, porque vai evitar o que fizemos aqui várias vezes, de tomar empréstimo a juro alto, quando temos um crédito que está perdido desde muito tempo. Antecipação de receita. Esse também é um grande benefício para a cidade de João Pessoa, porque quando vai se receber? Ampliar a capacidade de investimentos públicos. Então, esse dinheiro será investido dentro do município de João Pessoa. Não importa se pelo prefeito Cícero Lucena, atual, ou do futuro prefeito que venha, porque, a preocupação, não está se dando um cheque em branco. Está se criando uma comissão para gerir. Essa comissão é pela Progem, Serem e Sefin. Além do mais, a própria Câmara Municipal começa a fiscalizar. Então, o novo sempre aparenta medo. O novo, não tão novo, mas antigo que se transforma nesse novo, e que a Prefeitura Municipal de João Pessoa sai na frente. Outros municípios, e aí eu cito Macapá, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, esses municípios já estão fazendo essa securitização. Então, João Pessoa sai também na vanguarda. Eu me sinto muito à vontade de fazer essa defesa porque eu estudei a matéria e eu acho que é algo extremamente interessante para o município de João Pessoa, principalmente por aqueles valores que ainda não foram recebidos”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Senhor Presidente, primeiro, não tem nenhuma dúvida quanto à constitucionalidade. O vereador Marcos Vinícius estava aqui me mostrando que realmente é regulamentado por uma lei federal. Agora, não me aprofundi tanto quanto Vossa Excelência, nem quanto o vereador Milanez, nem quanto o vereador Marcos Vinícius, mas eu queria fazer uma pergunta: por que é que uma gestão antecipa uma carga tributária? Um recebimento tributário? Esse princípio, por si só, é um princípio que



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

deve nortear a gestão pública. Você não pode contar com o tributo, e se você antecipar esse tributo, mais na frente não vai faltar? O ideal é que a gestão possa administrar com os recursos arrecadados no exercício passado. Não é assim que funciona? E aí, vereador Odon, a gente não está falando da constitucionalidade, a gente está falando do fato gerador, do motivo pelo qual uma gestão... por princípio, eu acho que uma gestão que antecipa um crédito tributário é uma gestão que não está sendo eficiente. Então, não posso concordar com isso”. O Sr. vereador Marcos Vinícius disse: “Gostaria que fosse colocada em tela a Lei Complementar 208, para que o vereador Milanez pudesse tomar ciência, vereador Marcos Henrique e a Casa. Vereador Milanez, essa lei que o prefeito manda à Casa está transcrita no que a lei federal do governo Lula – é o governo Lula, do presidente Lula, Marcos Henrique. Não há nada diferente aqui, nada. É a mesma lei. Só mudou o que o vereador Odon – me permita, acho que Vossa Excelência não foi tão feliz quando Vossa Excelência disse que foi feito pela nossa Procuradoria, e nós temos o maior respeito pelos juristas que lá estão. Foi o governo Lula. Está aqui, publicado. Vereador Marcos Henrique, se chamar o VAR, no final, é a mesma coisa. Não há diferença. E nem há antecipação nenhuma. Ninguém sabe nem quanto custa ou quanto vai custar esse valor. Isso não vai vir para a Casa para ser debatido. É só uma lei regulamentando, quando todos os estados, todos os municípios no Brasil, todas as prefeituras vão estar aptas a produzir esse próprio material. Então, posteriormente, com certeza, essa dívida, estando ela pronta pelo município, vai para a Bolsa de Valores, e essa Casa vai tomar conhecimento. Não há antecipação nenhuma de receita agora, de venda imediata de qualquer valor referente à dívida ativa do município de João Pessoa.” O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “O que o vereador Marcos diz, Odon, é que os procuradores não tiveram trabalho. Foi um ‘Control C, Control V’ da lei federal”. O Sr. vereador Raoni Mendes disse: “Senhor Presidente, colegas, no inciso 1º, só para dizer que é uma coisa futura: *a cessão de direitos creditórios originados de parcelamentos administrativos não inscritos em dívida ativa é limitada ao estoque de créditos existente até a data desta lei*. Ou seja, não tem aqui um cheque em branco. Outra coisa: apenas créditos existentes e reconhecidos — existentes e reconhecidos. Está aí o parágrafo único que eu li: *entende-se por crédito tributário constituído reconhecido, constante de parcelamento em andamento, objeto de parcelamento cancelado ou rescindido, aqueles que haja pedido de parcelamento indeferido, objeto de Termo de Ajustamento de Conduta, proibição de participação do cessionário na cobrança*. O cessionário desse crédito não pode participar da cobrança existente. Não vai alterar. Destinação vinculada. Aí eu peço o inciso 4º: *percentual mínimo de 50% do produto da receita proveniente da cessão será destinado a despesas associadas ao regime de previdência social, e o restante, aos investimentos*. Ou seja, também é benéfico. Relatado agora, inclusive, sobre o IPM. Então, tem muitas coisas que já estão claras. Não se pode ser decretos que não existam ainda. Está claro, no artigo 2º: *a cessão não extingue a obrigação nem altera o vínculo original*. Artigo 1º, inciso 2º. Artigo 4º, inciso 1º: *o município não garante o recebimento ao investidor*. Ou seja, está lá garantido, da mesma forma. Então, é só ler o projeto. Me desculpe, mas é só ler o projeto”. O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Presidente, eu sempre tive uma grande preocupação do que é feito com o dinheiro do contribuinte, do pagador de impostos. Quando a gente fala da cessão de crédito, a gente está falando de forma indireta de uma renúncia de receita. A responsabilização sobre a má gestão de uma cessão dessa cabe a responsabilidade do gestor, prefeito da capital. Mas eu quero atentar para algo muito importante. O Tribunal de Contas da União e os tribunais de contas, em sua ampla maioria, têm decidido e exigido a necessidade de licitação, inclusive, para que a cessão de crédito aconteça, justamente para ser preservada ampla transparência e não haver nenhum prejuízo para o pagador de impostos da cidade. Então qual é o erro? A legalidade, o vereador Marcos apresentou muito bem, junto com o vereador Odon, quando apresentou a fundamentação da lei complementar. O que a gente precisa trazer aqui, da seriedade do caso, a gente



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

não está discutindo a legalidade, a gente entra nisso, mas se a gente seguir os tribunais de contas da União, os tribunais de contas dos estados, eles já vêm sinalizando uma maneira mais coerente em fazer essas cessões de crédito, sem ter prejuízo para a cidade. Aí, eu penso, eu trago essa observação porque eu não sei se traz o projeto aí a necessidade de licitação. Essa discricionariedade deixa de fato a transparência aí empanada e pode, sim, trazer prejuízos aos pagadores de impostos da cidade de João Pessoa”. O Sr. vereador Milanez Neto disse: “Presidente, eu queria alertar ao artigo 10º dessa mesma lei, que ela está tão madura que ele mesmo coloca que esta lei será regulamentada por ato normativo próprio, a ser expedido ainda pelo chefe do Executivo. Eu vou reiterar, pode ser de Lula, de Bolsonaro, de José Sarney, de Fernando Henrique Cardoso, eu só não vou votar contra o município. Eu não vou votar contra o contribuinte, eu não vou retroceder, eu não vou comprometer o futuro de minha cidade. Eu tenho responsabilidade com as pessoas que me colocaram aqui e eu espero que os colegas também tenham a responsabilidade e o compromisso, na verdade, não com o governo A, com o governo B, com o governo C, mas com a sociedade e com os contribuintes que pagam a nossa conta”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 22; contrários: 03 (Fábio Lopes, Milanez Neto e Marcos Henriques); abstenções: 00; ausentes: 03.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovado o projeto em 1ª e 2ª discussão.

ITEM 27: PLO 182/2025

Autoria: Executivo Municipal – Prefeito Cícero Lucena

Assunto: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública.

Discussão: O Sr. vereador Raoni Mendes fez a leitura do seu relatório. Disse: “Senhor Presidente, nobres vereadores, povo de João Pessoa, subo a esta tribuna como relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, o PL nº 182/2025, com a responsabilidade de apresentar, em nome da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública, um relatório técnico e comprometido com a transparência, o equilíbrio fiscal e o compromisso social do nosso município. Este projeto, encaminhado pelo Poder Executivo dentro dos prazos legais, foi analisado conforme a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Sua tramitação incluiu audiência pública com a participação da sociedade civil, conselhos comunitários e representantes das secretarias municipais, assegurando escuta e participação popular. A LDO é peça fundamental do planejamento municipal, pois orienta a construção da Lei Orçamentária Anual e estabelece a ligação entre o Plano Plurianual vigente e as ações orçamentárias de curto prazo. Quero agradecer a atenção da CCJRLP, lendo a emenda supressiva 001/2025, que foi lida e acolhida na manhã de hoje, e também incluída no relatório. Entre os princípios orientadores da LDO, destacam-se: Valorização do serviço público e das políticas sociais essenciais; Compromisso com a transparência, o controle social e o combate à corrupção; Desenvolvimento urbano e sustentável; Fomento ao esporte, à cultura, à igualdade racial e à inclusão produtiva; Fortalecimento do Orçamento Participativo, com garantia de execução de pelo menos 50% das demandas aprovadas pela população. Quanto às emendas parlamentares, foram apresentadas 123 emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, protocoladas por vereadores e comissões desta Casa. Essas emendas refletem as prioridades apontadas pela população e abrangem: Infraestrutura urbana: pavimentação, drenagem e acessibilidade; Saúde: reformas de UBS, aquisição de equipamentos e novas unidades; Educação: construção de creches, escolas e quadras poliesportivas; Cultura, esporte e lazer: apoio a projetos sociais e esportivos; Proteção social e cidadania: iniciativas voltadas para juventude, idosos, pessoas com deficiência e



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

combate às desigualdades. Todas as emendas foram organizadas, numeradas por ordem de protocolo e analisadas quanto à legalidade, compatibilidade com o PPA vigente e viabilidade orçamentária. Respeitaram os critérios técnicos estabelecidos pela legislação vigente. De pronto quero agradecer a minha assessoria e também a assessoria da Casa, em nome de Willemberg e toda secretaria legislativa que foram atenciosos na composição desse relatório. Diante do exposto, apresento e manifesto-me pela APROVAÇÃO da LDO 2026 e de todas as emendas apresentadas. Reafirmo, por fim, meu compromisso com o planejamento responsável, a escuta democrática e a construção de uma João Pessoa mais justa, eficiente e acolhedora. Muito obrigado. Que Deus nos abençoe”. O Presidente Valdir Dowsley – Dinho – disse: “Primeiro, parabenizar V. Ex.^a porque eu sei do trabalho árduo de LDO. Quero parabenizar sua assessoria. Já fui relator de LDO por quatro vezes, já fui relator de LOA por quatro vezes e sei o trabalho que é. Dá trabalho receber as emendas, discutir com a bancada, discutir com os vereadores, com as comissões, com a assessoria, mas, diante disso tudo, a gente conta com pessoas capacitadas. E, em nome de Willemberg e de todos os funcionários que fazem esta Casa, gostaria de parabenizar Vossa Excelência pela condução, porque dá trabalho, eu sei o que é isso. Você, inclusive, deixa as suas atividades para aprovar uma matéria de interesse de todos os pares aqui. Então, é bastante importante esse trabalho. Quero, pela sua experiência, parabenizar Vossa Excelência por esse trabalho”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Senhor Presidente, não há dúvida da competência do vereador Raoni na questão da LDO. Parabenizo-o também. No entanto, apresentei duas emendas a essa LDO. Primeiro, sobre o OCA – Orçamento da Criança e do Adolescente, que, dentro da Lei de Diretrizes Orçamentárias, não é contemplada, não é mencionado. E, segundo, gostaria também que fosse acatada a emenda de algo que é muito importante e que o nosso mandato vem defendendo, que é a fiscalização dos estádios, dos campos, das quadras e dos espaços públicos, que também não está sendo previsto na LDO. É aquilo que a gente vem reclamando há muito tempo que é a questão da manutenção dos equipamentos públicos. Não tem. Portanto, ficam aqui essas duas emendas registradas para que a gestão possa incorporá-las à Lei de Diretrizes Orçamentárias”. O Sr. vereador Fábio Carneiro disse: “Quero parabenizar o nosso relator, Raoni Mendes, e dizer da satisfação de ter apresentado cinco emendas a LDO, emendas coerentes com o nosso mandato aqui nesta Casa, relativas a urbanização, ao meio ambiente, enfim. Dizer ao vereador Raoni que ele está de parabéns, esta Casa está de parabéns, e hoje nós iremos aprovar a LDO e a cidade de João Pessoa vai agradecer futuramente o empenho de Vossa Excelência como relator desta matéria tão importante para a cidade João Pessoa. Muito obrigado”. O Sr. vereador Milanez Neto disse: “Eu queria só fazer um registro do trabalho nesse seis primeiros meses da Câmara, nenhuma sessão declaratória, nenhum projeto reprimido nesta Casa, nem um veto do Executivo encaminhado para ser votado ou trancado pauta. A gente consegue entrar em recesso no dia 17, com todos os projetos votados, e ainda mais, com projetos lidos na manhã de hoje e votados na manhã de hoje. O que demonstra o compromisso e a responsabilidade da Câmara Municipal, dos colegas vereadores, das comissões e dos servidores da Casa. Aproveito também para parabenizar a relatoria do vereador Raoni, mais cedo eu perguntava se todas as emendas dos vereadores tinham sido acatadas e tive dele a resposta que foram acatadas todas as emendas. Pedir ao relator, a Câmara, ao Presidente, aos colegas vereadores, que a gente faça um empenho ainda maior sobre as emendas impositivas do parlamento. Não é minha, é do vereador Dinho, vereador Raoni, Fábio, é de qualquer vereador desta Casa. É uma conquista que não pode ser retroagida, tem que se avançar e não retroagir. Então, fica aqui os parabéns ao relator, ao Presidente da CFO, ao Presidente da Casa, aos servidores e aos 29 vereadores que cumpriram o compromisso de estar até a última hora votando e debatendo nesta Casa para deixar, mais uma vez, a pauta 100% votada”. O Sr. Presidente Dinho disse: “Com o salário em dia, com antecipação do 13º pago desde o dia 10, com a antecipação do salário do mês de junho que vai ser pago amanhã, com a ordem de



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

serviço do terreno dos Bancários também assinado hoje, sem uma sessão declaratória. Então, eu acho que a Casa vem cumprindo com o seu papel e com a responsabilidade”. O Sr. vereador Carlão disse: “Presidente, eu sei da dificuldade — já fui relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias —, sei da dificuldade de fazer a relatoria deste projeto e da importância deste projeto para a cidade de João Pessoa, porque ele estabelece um planejamento financeiro que vai direcionar os gastos da nossa cidade. Além das diretrizes orçamentárias, ela é um norte, e a nossa preocupação dentro dessa captação das emendas dos vereadores é justamente isso: democratizar esse planejamento. Então, na parte do relatório, eu parablenzo, dizendo que este compromisso nosso se manteve, ainda apostando e acreditando nas nossas crianças. Fiz várias emendas voltadas para isso, para proteção socioassistencial, sociocultural, para a proteção da vida e do futuro das nossas crianças. Me preocupei muito com isso e espero que não seja apenas uma emenda colocada no relatório, mas que ela venha realmente para engrandecer e fazer crescer o futuro da nossa cidade”. O Sr. vereador Raoni Mendes disse: “Só uma correção, acho que a fome chegou tão forte que eu falei 154 emendas, mas foram 126 emendas, das comissões e dos vereadores. Me perdoem”. O Sr. vereador Fábio Lopes disse: “Agradecer esse primeiro semestre de trabalho, tenho aprendido muito com o senhor, Presidente, com os 29 vereadores aqui presentes. Nós, que representamos, assim como Jailma, Ícaro, os vereadores novos, temos certeza que travamos aqui bons embates, mas, acima de tudo, aprendemos muito. Agradeço à união na relatoria, ao Willemberg, que atendeu nosso gabinete nessa aprovação. A gente só aprende pedindo ajuda. Agradeço a Raissa, Janete, todos os servidores públicos, e eu só tenho a agradecer nas nossas palavras. Também agradecer, em especial, ao meu primo Ortega, que veio de São Paulo e está sempre aqui conosco. Então, Ortega, seja bem-vindo”. A Sr.^a vereadora Jailma Carvalho disse: “Boa tarde, eu vou ser breve, mas quero registrar aqui os parabéns a Raoni, parabenizar também o nosso Presidente pela condução, pelo acolhimento, pela sensibilidade também conosco, vereadores que estamos chegando agora à Casa. Estamos concluindo esse semestre com muito aprendizado, espero que a gente possa estar contribuindo. Parabenizar também os funcionários da Câmara, que sempre nos dão suporte. Willemberg, gratidão por nos orientar para que a gente possa construir um mandato que de fato venha acrescentar e minimizar as necessidades. Então, gratidão a todos os funcionários da Casa, parabéns ao Presidente e bom recesso a todos nós”. O Sr. vereador Mô Lima disse: “Presidente, antes de tudo, parabéns pela condução que você vem dando aqui nesta Casa maravilhosa. Eu digo que ando por esses corredores desde menino, e poucas vezes vi um Presidente tão ágil. Isso não é coisa de babação nem de amizade, não, mas pela forma como você trata todo mundo, todas as bancadas, todos os vereadores. E, neste meu primeiro semestre aqui agora, como vereador novo na Casa, da mesma forma que você me trata, também trata os outros vereadores. E, claro, parabenizar também a todos os membros da Casa. Graças a Deus, tivemos um trabalho muito corrido, teremos esse nosso recesso agora e, se Deus quiser, vamos voltar com mais energia, com mais projetos e com novas oportunidades aqui. Parabéns, Presidente”.

Votação Simbólica (*):** favoráveis: 25; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 03.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou aprovado o relatório e o projeto em 1ª discussão, salvo emenda.

APRECIACÃO DA EMENDA SUPRESSIVA 021

Autoria: Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

Assunto: Suprime o artigo 34, do seu inciso I, do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2026.

Discussão: O Sr. vereador Odon Bezerra disse: “Sr. Presidente, quando da análise do relatório do relator da LDO e acompanhando a leitura do artigo supramencionado pelo secretário, verifiquei algo que me aconteceu outrora. Como todos sabem, a minha origem maior é do Procon. Fui eu que criei, na



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

época, e encaminhei para o Governo do Estado, para a criação do Fundo Estadual de Defesa do Consumido, depois o Fundo Municipal. E aí, na LDO, como estava à redação original, todo esse dinheiro seria destinado para uma conta única. Tiraria a autonomia do Procon, da Secretaria, onde tem fundos, para uma conta única. À época, eu tenho conhecimento também de uma decisão do Tribunal de Justiça da Paraíba com o dinheiro do Fundo Municipal de Direito Difuso de Campina Grande, onde a Justiça da Paraíba entendeu que aquilo era verba específica. Então, nós temos verbas específicas para o Meio Ambiente, para o Direito do Consumidor, para a Guarda Municipal, e não pode ficar em uma conta única do município de João Pessoa. Por isso, tive a preocupação e o alerta a incluir na LDO”. O Sr. vereador Carlão Pelo Bem disse: “Presidente, só trazer essa observação feita pela CCJ. Passar a recomendação, depois, ao presidente da CCJ, para que eu também assine aqui essa emenda, já que foi feita pela comissão, e falar da importância dessa garantia. Se a gente fala de diretrizes orçamentárias, não existe nada que direcione melhor do que justa separação de contas, de acordo com cada fundo e sua especificidade. De modo que acompanho na inteireza aqui, o relatório, mesmo que não tenha assinado a CCJ”. O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, disse: “Esse apresentado é uma emenda, né? Já está incorporada. Então, as 126 com essa. Então, foi votado 125 pela comissão e, agora, a emenda apresentada”.

Votação Simbólica (**):** favoráveis: 25; contrários: 00; abstenções: 00; ausentes: 03.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley - Dinho, declarou aprovada a emenda e aprovado o projeto em 2ª discussão, com as emendas aprovadas.

3 GRANDE EXPEDIENTE (***)**

Não houve.

4 ENCERRAMENTO

Às 14h25, o Sr. Presidente, vereador Dinho, declarou encerrada a presente sessão, marcando a próxima em local e data regimentalmente estabelecidos.

Esta ata foi elaborada pelo Núcleo de Redação de Atas da Casa (*****), sob a orientação da Primeira-Secretaria da Mesa Diretora dos Trabalhos, e submete-se à apreciação plenária.

(*) Com base nos dados registrados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL – sobre a referida Sessão.

(**) De acordo com pauta emitida pelo Setor de Expediente registrada no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.

(***) Com base na pauta emitida pela Secretaria Legislativa e em relatórios de votação disponibilizados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.

(****) Com base na lista de presença do painel.

(*****) Com base nos registros de áudio dos discursos proferidos, em documentos e em reprografias remetidos ao Núcleo.

Sala das sessões da Câmara Municipal de João Pessoa, aos 17 dias do mês de junho do ano de 2025.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Vereador Valdir José Dowsley – Dinho
Presidente da Mesa

Vereador Marcos Henriques e Silva
Primeiro-Secretário